



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA
CONCURSO PÚBLICO N.º 004/2019
(GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE ANANINDEUA)
EDITAL N.º 001/2019, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

A Prefeitura Municipal de Ananindeua/PA, no uso de suas atribuições legais e em consonância com as legislações Federal, Estadual e Municipal, torna pública a realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva e Curso de Formação de Guarda Civil Municipal da Prefeitura Municipal de Ananindeua/Pa, para atender à necessidade da Guarda Civil Municipal da Prefeitura Municipal de Ananindeua nos termos do disposto na Lei Municipal n.º 2.706, de 03 de outubro de 2014 e suas alterações e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1) O Concurso Público n.º 004/2019 é regido por este Edital e suas possíveis retificações, e executado pelo CETAP – Centro de Extensão, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional LTDA, doravante denominado CETAP, sob supervisão da Comissão do Concurso Público, conforme Decreto Municipal n.º 20.153 de 02 de agosto de 2019.
- 1.2) O Concurso será realizado com a aplicação de 02 (duas) Etapas distintas, sendo elas:
 - 1.2.1) **1ª ETAPA** (dividida em 5 Fases):
 - a) 1ª Fase: Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório;
 - b) 2ª Fase: Teste de Avaliação Física – TAF, de caráter eliminatório;
 - c) 3ª Fase: Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório;
 - d) 4ª Fase: Avaliação Antropométrica e Médica, de caráter eliminatório;
 - e) 5ª Fase: Investigação de Antecedentes Pessoais, de caráter eliminatório.
 - 1.2.2) **2ª ETAPA:**
 - a) Curso de Formação de Guarda Civil Municipal, de caráter eliminatório.
- 1.3) O presente Edital regulamentará integralmente todos os critérios de avaliação e demais dispositivos oportunos para a 1ª ETAPA do certame, sendo ela totalmente organizada e executada pelo CETAP, sob a supervisão da Comissão Especial do Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Ananindeua/Pa. As orientações pertinentes e específicas quanto à 2ª ETAPA do certame serão divulgadas oportunamente em Edital Específico de Convocação para Matrícula no Curso de Formação.
- 1.4) Será considerado APROVADO no presente certame, o candidato que obtiver aprovação nas duas 2 (duas) Etapas do concurso previstas no presente Edital.
- 1.5) Todas as ETAPAS deste Concurso serão realizadas, prioritariamente, no Município de ANANINDEUA/PA, mas poderão ser executadas em outra localidade caso haja indisponibilidade de locais suficientes ou adequados para a realização da mesma.
- 1.6) O horário de realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha observará o horário local de Ananindeua/PA, devendo ser expressamente informado no Edital de Homologação das Inscrições e de Divulgação dos Locais e Horário da Prova Objetiva de Múltipla Escolha sendo no turno da manhã. Os horários de realização do Teste de Avaliação Física (TAF), da Avaliação Psicológica, da Avaliação Antropométrica e Médica e da Investigação de Antecedentes Pessoais observará o horário local de Ananindeua/PA, devendo ser expressamente informado no Edital de Convocação para o Teste de Avaliação Física, no Edital de Convocação para a Avaliação Psicológica, no Edital de Convocação para a Avaliação Médica e no Edital de Convocação para a Entrega de Documentos para Investigação de Antecedentes Pessoais, respectivamente, podendo ser realizado em qualquer turno.
- 1.7) A Prova Objetiva de Múltipla Escolha, a Avaliação Física, a Avaliação Psicológica, a Avaliação Médica e a Avaliação da Entrega de Documentos para Investigação de Antecedentes Pessoais será realizada,

prioritariamente, no Município de Ananindeua/PA, mas poderá ser executada em outra localidade caso haja indisponibilidade de locais suficientes ou adequados para a realização da mesma, não sendo assumida pelo CETAP ou pela Prefeitura Municipal de Ananindeua qualquer responsabilidade quanto ao deslocamento e à hospedagem desses candidatos.

- 1.8) Faz parte integrante deste Edital os seguintes anexos:
 - a) ANEXO 01 – Conteúdo Programático;
 - b) ANEXO 02 – Cronograma Completo;
 - c) ANEXO 03 – Informações do Cargo.
- 1.9) Os candidatos nomeados estarão subordinados a Lei Municipal n.º n.º 2.706, de 03 de outubro de 2014
- 1.10) A convocação para as vagas informadas no Anexo 03 – Informações dos Cargos será feita de acordo com a necessidade e a conveniência da Prefeitura Municipal de Ananindeua/PA, dentro do prazo de validade do Concurso.
- 1.10) Não serão fornecidas informações por telefone, fax, correios, correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outra forma que não as especificadas no item 19 deste Edital.

2. DO CARGO

- 2.1) As informações referentes às Atribuições, Nível de Escolaridade, Requisitos para Investidura no Cargo, Vencimento, Carga Horária e Quantidade de Vagas estão dispostas no Anexo 03 – Informações dos Cargos do presente Edital.
- 2.2) Os candidatos aprovados devem estar disponíveis para a lotação imediata de acordo com a necessidade da Guarda Civil Municipal da Prefeitura Municipal de Ananindeua respeitando o interesse da Administração Pública.

3. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO PÚBLICO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

- 3.1) O candidato aprovado no presente Concurso Público deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos para a investidura no cargo:
 - a) ser brasileiro nato/naturalizado ou possuir os direitos inerentes a tal nas condições previstas no artigo 12, §1º da Constituição Federal; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do artigo 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;
 - b) ter idade compreendida entre dezoito e trinta e cinco anos nos termos do art. 56, §3º da Lei n.º 2.706, de 03 de outubro de 2014. Para efeitos de aferição dessa idade será considerada a idade mínima na data da investidura do cargo público para o qual se inscreveu no concurso público, e, a idade máxima na data de inscrição no concurso público;
 - c) provar o cumprimento das obrigações eleitorais e militares;
 - d) estar em pleno exercício dos direitos políticos;
 - e) nível médio completo de escolaridade;
 - f) gozar de aptidão física, mental e psicológica;
 - g) idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário Estadual, Federal e Distrital;
 - h) não haver sido condenado criminalmente por sentença judicial transitada em julgado, ou sofrido sanção administrativa impeditiva do exercício de cargo ou emprego público;
 - i) ter altura mínima de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros), se homem, e de 1,60m (um metro e sessenta centímetros), se mulher;
 - j) ter sido licenciado da organização militar a que serviu, no mínimo, no comportamento bom, se for o caso;
 - k) habilitação para dirigir veículos no mínimo na categoria “B”;
 - l) possuir aptidão para natação, na modalidade estilo livre no mínimo 25 (vinte e cinco) metros.
 - m) outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei municipal.
 - n) cumprir todos os termos deste Edital, seus anexos e possíveis retificações.

- 3.2) A não-comprovação ou apresentação de qualquer dos requisitos especificados no subitem 3.1 do presente Edital impedirá a posse do candidato.

4. DO VALOR DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

- 4.1) Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se que preenche os requisitos citados nos itens 02 e 03 deste Edital, sob pena de ser impedido de tomar posse no cargo, mesmo que aprovado neste concurso.
- 4.2) O valor da taxa de inscrição será o seguinte:

Nível de Escolaridade	Valor
Nível Médio Completo	R\$ 80,00

- 4.3) O pagamento da importância relativa à taxa de inscrição deverá ser efetuado e recolhido através de boleto bancário gerado pelo Sistema Eletrônico de Inscrições, no site <http://www.cetapnet.com.br>, o qual deverá ser impresso após a conclusão do preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição.
- 4.3.1) As instruções sobre o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição e a geração do boleto bancário estão previstas no item 05 deste Edital.
- 4.4) É vedada a transferência do valor pago a título de taxa de inscrição para terceiros, para outros cargos ou para outros concursos.
- 4.5) O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame.
- 4.6) Aos candidatos com deficiência e aos hipossuficientes será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição, desde que respeitadas às exigências previstas neste Edital e na legislação vigente.
- 4.6.1) A isenção do pagamento da taxa de inscrição deverá ser requerida nos termos previstos no item 05 deste Edital.

5. DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

- 5.1) As inscrições serão realizadas, exclusivamente, **via Internet**, através do endereço eletrônico <http://www.cetapnet.com.br>.
- 5.2) O CETAP e a Prefeitura Municipal de ANANINDEUA/PA não se responsabilizarão por Formulário Eletrônico de Inscrição não recebido por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como, outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 5.3) O candidato deverá preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição, confirmar seus dados, gerar e imprimir o boleto bancário, utilizando o Sistema Eletrônico de Inscrições do **CETAP**.
- 5.3.1) As informações prestadas no Formulário Eletrônico de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CETAP o direito de excluir do concurso público aquele que não preencher o Formulário de forma completa e correta.
- 5.4) O pagamento da taxa de inscrição será efetuado, exclusivamente, através de boleto bancário gerado pelo Sistema Eletrônico de Inscrições do CETAP.
- 5.5) O boleto bancário gerado pelo Sistema Eletrônico de Inscrições do CETAP terá vencimento datado para os dois dias subsequentes à data em que foi gerado, exceto os boletos que forem gerados no último dia de inscrição.
- 5.5.1) Boletos gerados no último dia de inscrição, mesmo que reimpressos, terão como data de vencimento o primeiro dia útil posterior ao último dia de inscrição.
- 5.5.2) Após o vencimento do boleto bancário, o título não poderá ser utilizado para pagamento da inscrição podendo, porém, ser reimpresso através do Sistema Eletrônico de Inscrições do CETAP que irá gerar novo boleto com nova data de vencimento, observando as mesmas condições do subitem 5.5 deste Edital.
- 5.6) As instruções de pagamento estarão impressas no próprio boleto bancário.

- 5.7) Ao realizar a inscrição, o candidato deverá acompanhar a confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição através do endereço eletrônico <http://www.cetapnet.com.br> que disponibilizará ao candidato, em ambiente eletrônico personalizado, as informações fornecidas pelo Banco acerca do recebimento da taxa de inscrição.
- 5.7.1) O CETAP e a Prefeitura Municipal de Ananindeua/PA não se responsabilizarão por boleto bancário referente à taxa de inscrição do presente concurso público não recebido por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, vírus, congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou valores.
- 5.7.2) O pagamento da taxa de inscrição após o prazo previsto no subitem 5.5.2, a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pela quitação do boleto bancário e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste Edital implicam o cancelamento da inscrição.
- 5.7.3) Não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.
- 5.7.4) Não serão aceitos os pagamentos das inscrições, por depósito em caixa eletrônico, por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC/TED, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
- 5.7.5) Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento do boleto ou realizá-lo por outro meio válido, devendo ser respeitado o prazo-limite determinado neste Edital.
- 5.7.6) O candidato deverá conferir os dados do boleto bancário referente à taxa de inscrição conforme Informativo divulgado no endereço eletrônico <http://www.cetapnet.com.br>, sendo de sua exclusiva responsabilidade a não conferência dos respectivos dados, bem como o pagamento de boleto bancário falso. A não observação destas orientações por parte do candidato poderá ocasionar a sua não participação no certame.
- 5.7.7) Em caso de não confirmação do pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá informar o erro material ao CETAP, nos termos do item 7 deste Edital que dispõe a respeito da Confirmação das Inscrições.
- 5.8) Após o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá manter em segurança o boleto bancário devidamente autenticado, que deverá ser conservado até a data de realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 5.9) As inscrições somente serão acatadas após a verificação do pagamento da taxa de inscrição.
- 5.10) Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 5.10.1) Poderá ser eliminado do concurso o candidato que realizar sua inscrição utilizando CPF de terceiros ou com numeração incorreta.
- 5.11) Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cetapnet.com.br>.
- 5.12) Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e seus anexos, bem como suas possíveis retificações e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.
- 5.13) O candidato deverá declarar, no Formulário Eletrônico de Inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.
- 5.14) O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento especial para a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, deverá indicar, no Formulário Eletrônico de Inscrição, o(s) recurso(s) especial(is) necessário(s) e, ainda, enviar no período respectivo fixado no Anexo 02 – Cronograma Completo deste Edital, via SEDEX (com data de postagem até o último dia do período de entrega da documentação) para a sede do CETAP em Belém/PA (ver endereço no item 21 deste Edital) ou entregar, pessoalmente, no polo de recolhimento de documentos do CETAP em ANANINDEUA/PA (ver endereço no item 21 deste Edital), até o último dia do período de entrega da referida solicitação para atendimento especial, no horário informado no item 21 do presente edital, a solicitação de atendimento especial acompanhada de laudo médico (original, cópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do original para fins de conferência no polo de recolhimento) emitido com data dos últimos 12 (doze) meses, todos legíveis e que justifiquem o(s) recurso(s) especial(ais) solicitado(s).

- 5.14.1) Após este período mencionado no subitem 5.14 e no Anexo 02 – Cronograma Completo deste Edital, a solicitação de atendimento especial será indeferida, salvo nos casos de força maior, que serão apreciados pelo CETAP juntamente com a Comissão do Concurso Público.
- 5.15) A solicitação de atendimento especial deverá ser enviada ou entregue pessoalmente, em envelope tamanho A4, devidamente lacrado e etiquetado conforme modelo a seguir:

SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL
CONCURSO PÚBLICO N.º 004/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA (GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE ANANINDEUA)
Nome completo do candidato
CPF do candidato

- 5.16) A solicitação de atendimento especial será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 5.17) A inexistência de laudo médico para qualquer solicitação de atendimento especial implicará em não atendimento da mesma.
- 5.17.1) O laudo médico valerá somente para este Concurso e para esta finalidade de solicitação de atendimento especial e não será devolvido nem mesmo fornecida cópia do mesmo.
- 5.18) A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, além de solicitar atendimento especial para tal fim e entregar uma cópia da certidão de nascimento da criança nos termos do subitem 5.14, deverá levar um acompanhante adulto que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não poderá permanecer com a criança no local de prova.
- 5.19) O CETAP não se responsabilizará por solicitação de atendimento especial não recebida por motivos de extravio, bem como, outros fatores que impossibilitem o recebimento dos documentos.
- 5.20) Não será permitida, após a entrega da Solicitação e Documentação para solicitação de Atendimento Especial, a complementação da documentação, bem como, revisão, mesmo em período de recurso.
- 5.20.1) A relação dos candidatos que tiveram a solicitação de atendimento especial deferido e indeferido será divulgada na Lista Provisória de Candidatos Inscritos.
- 5.21) O(A) candidato(a) transgênero (aquelas pessoas que não se identificam plenamente com o gênero atribuído culturalmente ao seu sexo biológico) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL (nome pelo qual pessoas transgêneros preferem ser chamadas cotidianamente, em contraste com o nome civil oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero) poderá solicitá-lo, após a conclusão de sua inscrição no Certame, por meio do Formulário de Solicitação de Atendimento pelo Nome Social, disponível na página do CETAP.
- 5.21.1) O(a) candidato(a) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL poderá requerê-lo por meio do Formulário de Solicitação de Atendimento pelo Nome Social, disponível na página do CETAP, no período respectivo fixado no Anexo 02 – Cronograma Completo deste Edital.
- 5.21.2) O(A) candidato(a) somente conseguirá fazer o preenchimento do citado formulário após ter concluído o seu processo de inscrição no Certame.
- 5.21.3) No Formulário de Solicitação de Atendimento pelo Nome Social, o(a) candidato(a) deverá indicar o NOME SOCIAL a ser utilizado, o qual estará vinculado ao seu nome civil, bem como ao documento de identidade, CPF e data de nascimento.
- 5.21.4) Além da informação do NOME SOCIAL, o(a) candidato(a) deverá fazer o carregamento dos seguintes arquivos:
- a) fotografia atual nítida, individual, colorida, com fundo branco que enquadre desde a cabeça até os ombros, de rosto inteiro sem o uso de óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares;
 - b) cópia digitalizada da frente e do verso de um documento de identificação oficial com foto;
- 5.21.5) Os documentos de que trata o subitem 5.21.4 devem conter todas as especificações citadas, serem legíveis para análise, sob pena de serem considerados documentos inválidos para comprovação do atendimento.
- 5.21.6) Somente serão aceitos documentos no formato PDF, PNG ou JPG, no tamanho máximo de 2MB,

enviados por meio do Formulário de Solicitação de Atendimento pelo Nome Social.

- 5.21.7) Não serão considerados válidos documentos apresentados por via postal, fax, correio eletrônico ou entregues no dia de aplicação das provas, mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste Edital.
- 5.21.8) No Formulário de Solicitação de Atendimento pelo Nome Social, o(a) candidato(a) deverá indicar, também, o atendimento que tem interesse quanto ao uso do NOME SOCIAL informado, a saber:
- ensalamento conforme nome social indicado: alocação em sala de provas de acordo com o NOME SOCIAL, ao invés do nome civil.
 - tratamento em sala de provas pelo nome social: chamamento do(a) candidato(a) pelo nome social ao invés de seu nome civil, o qual o candidato deve enviar a respectiva declaração preenchida e assinada corretamente.
 - ambiente sanitário: indicação da opção quanto ao uso do banheiro, se feminino ou masculino.
- 5.21.9) Ao final do Formulário, o(a) candidato(a) deverá declarar que está ciente das regras definidas neste Edital quanto ao atendimento pelo NOME SOCIAL, as condições para tal atendimento, bem como o exame de averiguação que será realizado pela Entidade executora do Certame.
- 5.21.10) O(A) candidato(a) que solicitou o atendimento pelo NOME SOCIAL terá o seu pedido indeferido quando:
- não anexar os documentos relacionados no subitem 5.21.4;
 - os documentos anexados forem ilegíveis, inviabilizando sua análise;
 - for identificada qualquer fraude nas informações prestadas e/ou nos documentos apresentados;
 - não declarar que está ciente das regras deste Edital, conforme indicado no subitem 5.21.9.
- 5.21.11) Não serão aceitas outras formas de solicitação de NOME SOCIAL, tais como: via postal, telefone ou fax.
- 5.21.12) A pessoa que solicite atendimento pelo Nome Social fica ciente de que tal nome será divulgado entre parênteses ao lado do seu nome civil em toda e qualquer publicação relativa ao concurso.
- 5.22) Os candidatos com deficiências, que preencham os requisitos da Lei Estadual n.º 6.988, de 2 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, de 4 de julho de 2007, e os hipossuficientes que desejarem a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público, deverão indicar, no Formulário Eletrônico de Inscrição, a opção que solicita a isenção e, ainda, enviar no período respectivo fixado no Anexo 02 – Cronograma Completo deste Edital, via SEDEX (com data de postagem até o último dia do período de envio/entrega da documentação) para a sede do CETAP em Belém/PA (ver endereço no item 21 deste Edital) ou entregar, pessoalmente, no polo de recolhimento de documentos do CETAP em ANANINDEUA/PA (ver endereço no item 21 deste Edital), até o último dia do período de envio/entrega da referida solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, no horário informado no item 21 do presente edital, os documentos listados nos subitens 5.24 e/ou 5.26 deste Edital.
- 5.23) O candidato que solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição deverá preencher os seguintes requisitos:
- ser pessoa com deficiência; e/ou,
 - ser hipossuficiente.
- 5.24) Os candidatos com deficiência, conforme previsão constante na Lei Estadual nº 6.988, de 2 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, de 4 de julho de 2007, deverão enviar/entregar os seguintes documentos:
- Solicitar a Isenção da taxa de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.cetapnet.com.br>;
 - Cópia do Documento de Identidade nos termos do subitem 10.13 deste Edital;
 - Laudo Médico (original, cópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do original para fins de conferência no polo de recolhimento) legível atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, emitido com data dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação deste Edital.
- 5.25) Os candidatos hipossuficientes deverão preencher os seguintes requisitos:
- estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, há no mínimo 45 dias;

- b) Estar com o cadastro da família atualizado – até 48 meses;
- c) Solicitar a isenção da taxa de inscrição junto à instituição organizadora do concurso público, conforme previsto no edital, informando o seu Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo Cadastro Único, juntamente com outros dados que forem solicitados, **que devem ser idênticos aos que constam no Cadastro Único**;
- d) ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.
- 5.26) Os candidatos hipossuficientes deverão:
- a) Preencher o Requerimento de Isenção da taxa de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.cetapnet.com.br> com a indicação do Número de Identificação Social - NIS atribuído pelo CadÚnico;
- b) Preencher a Declaração de que atende à condição de ser membro de família de baixa renda (Declaração de Hipossuficiência Financeira), nos termos do Decreto Federal n.º 6.135, de 26 de junho de 2007, devidamente preenchida conforme modelo disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.cetapnet.com.br>, a qual deverá ser enviada via upload, via Sedex ou entre no polo de recolhimento de documentos do CETAP;
- 5.26.1) O CETAP verificará a veracidade das informações prestadas pelo candidato e terá decisão terminativa sobre a concessão, ou não, da isenção.
- 5.27) Os documentos listados nos subitens 5.24 e 5.26 deste Edital deverão ser enviados ou entregues pessoalmente, em envelope tamanho A4, devidamente lacrado e etiquetado conforme modelo a seguir:

SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA (GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE ANANINDEUA)
Nome completo do candidato
CPF do candidato

- 5.28) As informações prestadas no Requerimento de Isenção de taxa de inscrição e na Declaração de Hipossuficiência Financeira, bem como toda a documentação apresentada serão de inteira responsabilidade do candidato que responderá por qualquer falsidade.
- 5.29) Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:
- a) omitir informações;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) Estar inscrito/a no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal há menos de 45 dias;
- d) Cadastro desatualizado há mais de 48 meses;
- e) os dados informados no cadastro do site do CETAP estarem divergentes dos dados cadastrados no Cadastro Único;
- f) os documentos enviados/entregues forem ilegíveis, inviabilizando sua análise.
- g) pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou
- h) não observar o prazo e os horários estabelecidos no subitem 5.22 e no Anexo 02 – Cronograma Completo deste Edital.
- 5.30) A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.
- 5.31) A entrega da documentação exigida será de responsabilidade exclusiva do candidato, o CETAP não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada completa ou incompleta da referida documentação.
- 5.32) Não será permitida, após a entrega do Requerimento de Isenção de taxa de inscrição, da Declaração de Hipossuficiência Financeira e dos demais documentos comprobatórios, a complementação da documentação, bem como, revisão, mesmo em período de recurso.
- 5.33) Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de taxa de inscrição via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
- 5.34) O deferimento do pedido de isenção de pagamento de taxa de inscrição ficará condicionado à comprovação da deficiência e/ou da hipossuficiência atestada(s) pelo encaminhamento da

documentação especificada nos subitens 5.24 e/ou 5.26 deste Edital.

- 5.35) A simples entrega da documentação não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise por parte do CETAP nos termos das regras previstas neste Edital. Os documentos listados nos subitens 5.24 e 5.26 apresentados não serão devolvidos.
- 5.36) O não-cumprimento das diretrizes previstas sobre a isenção do pagamento da taxa de inscrição, a falta ou inconformidade de alguma documentação e/ou informação, ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará indeferimento do referido pedido.
- 5.37) Em data fixada no Anexo 02 - Cronograma Completo deste Edital, será divulgada a Relação Preliminar das Solicitações de Isenção do Pagamento da taxa de inscrição Deferidas e Indeferidas, nos termos do item 19 deste Edital.
- 5.38) Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão interpor recursos através do Portal de Acompanhamento no endereço eletrônico do CETAP, os quais serão devidamente analisados. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
- 5.39) Após análise dos recursos, será divulgada a Relação Definitiva das Isenções Deferidas e Indeferidas, nos termos do item 19 deste Edital.
- 5.40) Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferidos nos termos do subitem 5.29 deste Edital e, ainda, tenham interesse em efetivar a respectiva inscrição neste concurso público, deverão acessar o Sistema Eletrônico de Inscrições do CETAP e efetuar o pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição.
- 5.41) Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferidos e que não efetivarem a sua inscrição através do pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição dentro do prazo previsto não participarão deste concurso público.
- 5.42) As informações prestadas pelo candidato, durante a fase de inscrição, são de sua inteira responsabilidade. A declaração falsa ou inexata dos dados fornecidos pelo candidato poderá gerar o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.
- 5.43) Outras Informações:
- a) Só o pagamento da taxa de inscrição não significa que o candidato esteja inscrito, estando sujeito à confirmação posterior, quando será publicada a Lista Provisória de Candidatos Insritos;
 - b) Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória ou condicional;
 - c) Não serão recebidas inscrições por via postal, via fax, correio eletrônico, condicional ou extemporânea.
- 5.44) As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição.
- 5.45) O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos a data de nascimento, notas e desempenho nas provas, ser pessoa com deficiência (se for o caso), entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao concurso. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando cientes também os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes.

6. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 6.1) Ao candidato com deficiência, que pretende fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII, do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição neste Concurso Público desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo pleiteado.
- 6.2) O candidato com deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 6.3) Das vagas destinadas a este Concurso, 5% (cinco por cento) serão reservadas às pessoas com deficiência, observadas as disposições pertinentes:
- a) A reserva de vagas fixada no percentual de 5% (cinco por cento) será aplicada aos cargos com número de vagas superior a 20 (vinte);

- b) nos cargos com número de vagas igual ou superior a 5 (cinco) e igual ou inferior a 20 (vinte) será reservada 01 (uma) vaga às pessoas com deficiência;
- c) aos cargos com número de vagas inferior a 5 (cinco) não será aplicada a reserva de vagas às pessoas com deficiência, em razão da impossibilidade de aplicação do percentual máximo fixado na legislação pertinente.
- 6.4) Na aplicação do percentual a que se refere o subitem 6.3, quando o resultado for fração de um número inteiro, será arredondado para um número inteiro imediatamente posterior.
- 6.5) O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá indicar tal condição no Formulário Eletrônico de Inscrição e, ainda, enviar no período fixado no Anexo 02 - Cronograma Completo deste Edital, via SEDEX (com data de postagem até o último dia do período de envio/entrega da documentação) para a sede do CETAP em Belém/PA (ver endereço no item 21 deste Edital) ou entregar, pessoalmente, no polo de recolhimento de documentos do CETAP no Município de ANANINDEUA/PA (ver endereço no item 21 deste Edital), o seguinte documento comprobatório: Laudo Médico (original, cópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do original para fins de conferência no polo de recolhimento) legível atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como, a provável causa da deficiência, emitido com data dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de publicação deste Edital.
- 6.5.1) A documentação comprobatória da pessoa com deficiência deverá ser enviada ou entregue, pessoalmente, em envelope tamanho A4, devidamente lacrado e etiquetado, conforme o modelo a seguir:

<u>SOLICITAÇÃO PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</u>
CONCURSO PÚBLICO N.º 004/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA /PA (GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE ANANINDEUA)
Nome completo do candidato
CPF do candidato

- 6.6) O candidato com deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, ou, ainda, mesmo tendo indicado tal condição no Formulário Eletrônico de Inscrição e não enviar via SEDEX ou entregar, pessoalmente, o documento comprobatório tratado no subitem 6.5 deste Edital, não concorrerá às vagas reservadas às pessoas com deficiência e terá indeferido qualquer recurso em favor de sua situação, concorrendo às demais vagas para Ampla Concorrência.
- 6.6.1) Não será permitida, após a entrega da documentação comprobatória para a Solicitação para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, a complementação da mesma, bem como, revisão, mesmo em período de recurso.
- 6.7) O Laudo Médico (original, cópia autenticada em cartório ou cópia simples acompanhada do original para fins de conferência no polo de recolhimento) terá validade somente para este Concurso Público e para esta finalidade de solicitação para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, e não será devolvido, assim como, não serão fornecidas cópias desse laudo.
- 6.8) A exatidão dos documentos entregues será de total responsabilidade do candidato, motivo pelo qual não haverá qualquer verificação de regularidade do envelope no momento da entrega, apenas, quando preciso e solicitado, a conferência da cópia simples com o original.
- 6.9) A publicação do Resultado Final do concurso será divulgada através de duas listas, a primeira contendo a classificação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda somente a classificação dos candidatos com deficiência.
- 6.10) Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem de classificação geral.
- 6.11) O candidato com deficiência aprovado no presente concurso será submetido à avaliação realizada por equipe multiprofissional da Prefeitura Municipal de Ananindeua/PA.
- 6.12) Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

7. DA CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO PÚBLICO

- 7.1) A confirmação das inscrições dar-se-á através da Lista Provisória de Candidatos Inscritos a ser publicada nos termos do item 19 deste Edital.
- 7.1.1) Na Lista Provisória de Candidatos Inscritos no Concurso Público, serão divulgadas, em ordem alfabética, as seguintes relações:
- Relação Provisória de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas e indeferidas;
 - Relação Provisória de candidatos que tiveram suas solicitações para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência deferidas e indeferidas;
 - Relação Provisória de candidatos que tiveram suas solicitações de atendimento especial para a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha deferidas e indeferidas.
- 7.2) O ato de Confirmação da Inscrição consiste na verificação, por parte do candidato, de seus dados divulgados na Lista Provisória de Candidatos Inscritos.
- 7.3) O candidato deverá recorrer em face das seguintes ocorrências na Lista Provisória de Candidatos Inscritos:
- ausência do seu nome em qualquer uma das Relações;
 - erro cadastral (nome completo, CPF e data de nascimento);
 - inclusão do seu nome na Relação Provisória de candidatos com inscrições indeferidas;
 - inclusão do seu nome na Relação Provisória de candidatos que tiveram suas inscrições para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deferidas, em caso de não ser candidato com deficiência;
 - não inclusão do seu nome na Relação Provisória de candidatos que tiveram suas inscrições para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, em caso de ser candidato com deficiência e ter realizado todo o procedimento de solicitação previsto neste Edital;
 - inclusão de seu nome na Relação Provisória de candidatos que tiveram suas solicitações de atendimento especial para a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha deferidas, em caso do candidato não possuir necessidade de atendimento especial;
 - não inclusão de seu nome na Relação Provisória de candidatos que tiveram suas solicitações de atendimento especial para a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha deferidas, em caso do candidato possuir necessidade de atendimento especial e ter realizado todo o procedimento de solicitação previsto neste Edital;
 - não inclusão de seu NOME SOCIAL na Relação Provisória de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas e indeferidas, em caso de ter realizado todo o procedimento de solicitação previsto neste Edital.
- 7.4) Em quaisquer dos casos previstos no subitem 7.3 deste Edital, o candidato deverá interpor recurso, nos termos do item 17 deste Edital, observando o período determinado para a Confirmação das Inscrições no Anexo 02 – Cronograma Completo deste Edital.
- 7.5) O candidato que confirmar a presença de seu nome na Lista Provisória de Candidatos Inscritos e verificar que todos os seus dados encontram-se de forma correta terá sua inscrição confirmada e deverá aguardar a publicação do Edital de Homologação das Inscrições e de Divulgação dos Locais e Horário da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 7.6) Os recursos interpostos fora do prazo estabelecido não serão aceitos, sendo considerada para tanto a data de recebimento do recurso interposto via internet.
- 7.7) Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento de seus dados na Lista Provisória de Candidatos Inscritos, a qual passará a ser oficial e imutável àqueles que não interponham qualquer tipo de recurso no prazo previamente estabelecido.
- 7.7.1) Tornam-se, sem efeito, os recursos interpostos após o período previsto neste Edital, sendo os mesmos indeferidos sem análise do mérito.
- 7.8) Será divulgado, após análise e julgamento dos recursos interpostos nos termos e condições dos itens 07 e 16 deste Edital, o Edital de Homologação das Inscrições e Divulgação dos Locais e Horários da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, nos termos do item 19 deste Edital.
- 7.9) O candidato que verificar, na Lista Provisória de Candidatos Inscritos, quaisquer das ocorrências previstas no subitem 7.3 deste Edital e não recorrer poderá, dependendo da ocorrência verificada:
- ser eliminado do concurso quando o seu nome não constar nas Relações Provisórias de

- candidatos com inscrições deferidas ou ainda constar na Relação Provisória de candidatos com inscrições indeferidas;
- b) alterar o erro cadastral (nome completo, CPF, data de nascimento e opção de cargo) na Ata de Correção que lhe será disponibilizada no dia da realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha;
 - c) não receber atendimento especial quando seu nome não estiver incluso na Relação Provisória de candidatos que tiveram suas solicitações de atendimento especial para a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha deferidas, em caso do candidato possuir necessidade de atendimento especial e ter realizado todo o procedimento de solicitação previsto neste Edital.

8. DA DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS E HORÁRIOS DAS FASES E ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

- 8.1) Será divulgado, nos termos do item 19 deste Edital, o Edital de Homologação das Inscrições e de Divulgação dos Locais e Horário da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, e os Editais de Convocação para o Teste de Avaliação Física, Avaliação Psicológica, Avaliação Antropométrica e Médica, e da Avaliação da Entrega de Documentos para a Investigação de Antecedentes Pessoais, e Matrícula no Curso de Formação da Guarda Civil Municipal.
- 8.2) O CETAP não enviará telegramas e nem informará por telefone, fax ou e-mail, a data, horário e local da realização das fases do concurso ao candidato, sendo de responsabilidade exclusiva do mesmo a obrigação de obter esta informação no respectivo Edital.
- 8.3) O candidato que desejar imprimir o seu Cartão de Inscrição, que contém informações a respeito de seu local e horário de prova, poderá fazê-lo utilizando o Portal de Acompanhamento do CETAP no endereço eletrônico <http://www.cetapnet.com.br>.
- 8.3.1) O Cartão de Inscrição contém informações a respeito dos dados cadastrais do candidato, assim como, o local e horário de realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 8.3.2) A impressão do Cartão de Inscrição é uma opção do candidato, uma vez que as informações contidas no mesmo serão divulgadas no Edital de Homologação das Inscrições e de Divulgação dos Locais e Horário da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 8.3.3) Não será cobrada a apresentação do Cartão de Inscrição no dia da realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

9. DAS ETAPAS DO CONCURSO

- 9.1) O Concurso será realizado através da aplicação de 02 (duas) Etapas distintas, sendo elas:
 - 9.1.1) **1ª ETAPA** (dividida em 5 Fases):
 - a) 1ª Fase: Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório;
 - b) 2ª Fase: Teste de Avaliação Física (TAF), de caráter eliminatório;
 - c) 3ª Fase: Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório;
 - d) 4ª Fase: Avaliação Médica, de caráter eliminatório;
 - e) 5ª Fase: Investigação de Antecedentes Pessoais, de caráter eliminatório.
 - 9.1.2) **2ª ETAPA:**
 - a) Curso de Formação da Guarda Civil Municipal, de caráter eliminatório.
- 9.2) Em data fixada no Anexo 02 – Cronograma Completo, será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Final da **1ª ETAPA** do certame, no qual constarão os nomes dos candidatos APROVADOS para a 2ª ETAPA do certame.
- 9.3) Os candidatos APROVADOS para a **2ª ETAPA** do certame serão convocados para o Curso de Formação de Guarda Civil Municipal através da publicação de Editais Específicos de Convocação para o referido Curso.
- 9.4) Após a conclusão da Turma do Curso de Formação de Guarda Civil Municipal, será divulgado o Edital com a relação dos alunos APROVADOS no referido Curso, os quais serão, oportunamente, convocados para tomarem posse no cargo, em consonância à conveniência da Administração Pública.

- 9.5) Todas as Etapas e Fases do Concurso Público serão realizadas de acordo como Decreto nº 1.651, de 26 de agosto de 2019.

10. DA 1ª ETAPA – PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA (1ª FASE)

- 10.1) A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada em local e horário a serem estabelecidos pelo Edital de Homologação e de Divulgação dos Locais e Horários da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, conforme determina o item 19 deste Edital.
- 10.1.1) O candidato deverá, obrigatoriamente, verificar o seu local de prova no endereço eletrônico <http://www.cetapnet.com.br>.
- 10.1.2) O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pelo CETAP.
- 10.1.3) São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e o comparecimento no horário determinado.
- 10.1.4) A Prova Objetiva de Múltipla Escolha terá duração máxima de 03h30 (três horas e trinta minutos).
- 10.2) A Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os candidatos inscritos.
- 10.3) À Prova Objetiva de Múltipla Escolha, será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
- 10.4) A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será composta de **50 (cinquenta) questões** conforme as tabelas seguintes:

a) Para os cargos de Nível Médio Completo:

Disciplinas	Questões	Pontos	Total
Língua Portuguesa	15	0,2	3,0
Matemática e Raciocínio Lógico	05	0,2	1,0
Informática	05	0,2	1,0
Atualidades	05	0,2	1,0
Legislação	05	0,2	1,0
Conhecimentos Específicos	15	0,2	3,0
			10

- 10.5) Para cada questão, existirão 04 (quatro) alternativas de resposta (A, B, C e D), da qual apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão.
- 10.6) O conteúdo programático de cada disciplina da Prova Objetiva de Múltipla Escolha encontra-se no ANEXO 01 deste Edital e está disponível nos termos do item 19 deste Edital.
- 10.6.1) As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste Edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas nos objetos de avaliação constantes no Anexo 01 deste Edital.
- 10.6.2) A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se listadas no conteúdo programático previsto no Anexo 01 deste Edital.
- 10.7) O candidato receberá 01 (um) Caderno de Questões que consistirá na Prova Objetiva de Múltipla Escolha e 01 (um) Cartão Resposta, onde deverá marcar suas respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente.
- 10.7.1) O Cartão Resposta será utilizado para correção da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 10.8) O candidato deverá respeitar as instruções contidas na capa do Caderno de Questões sob pena de eliminação no Concurso Público.
- 10.9) A correta utilização do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato.
- 10.9.1) Não será fornecido Cartão Resposta substituto ao candidato.
- 10.10) Não serão computadas questões não respondidas (falta de marcação no Cartão Resposta), nem questões que contenham mais de uma resposta marcada, rasura, emenda, ainda que legível.
- 10.11) As informações extras acerca da correta utilização do Cartão Resposta estarão impressas no mesmo, devendo ser rigidamente seguidas, sob pena de ser invalidado.
- 10.12) O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para início da mesma, munido do seguinte material:

- a) Documento oficial de identidade (original);
 - b) Caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente.
- 10.13) Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional (ordem, conselhos, etc.), passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).
- 10.13.1) Para o candidato estrangeiro, nos termos do item 3, subitem 3.1, alínea “a” deste Edital, os documentos válidos serão a Carteira de Estrangeiro ou o passaporte visado.
- 10.14) Não serão aceitos como documento de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.
- 10.14.1) Ante a necessidade de identificação civil dos candidatos não apenas no ingresso nos locais de provas como também durante a realização das provas, e em razão da proibição do uso de celulares e aparelhos eletrônicos durante a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, fica vedada a apresentação pelo candidato exclusivamente da Carteira Nacional de Habilitação em meio eletrônico (CNH) e/ou título de eleitor digital (meio eletrônico). Para fins de identificação civil o candidato obrigatoriamente deverá apresentar documento original com foto e em meio físico, dentre aqueles admitidos no subitem 10.13 deste Edital.
- 10.15) Não será aceita cópia (autenticada ou não) do documento de identidade.
- 10.16) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias da data de realização da Prova Objetiva e Múltipla Escolha, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 10.16.1) A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 10.17) Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida por este Edital, não poderá fazer a prova e será, automaticamente, eliminado deste Concurso Público.
- 10.17.1) No dia da realização da prova, o candidato que não estiver portando o documento de identidade original, na forma definida por este Edital, não poderá permanecer dentro do Local de Prova.
- 10.18) No dia da realização da prova, caso o nome do candidato não conste das listagens oficiais relativas aos locais de prova pré-estabelecidos, o CETAP poderá proceder a inclusão do referido candidato através do preenchimento de identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio, mediante a apresentação do Boleto de Inscrição pago devidamente autenticado.
- 10.18.1) A inclusão de que trata o subitem 10.18 terá caráter condicional, passível de confirmação pelo CETAP, na fase de correção da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão, sob pena de improcedência de sua inscrição.
- 10.19) O portão de acesso ao local da prova será fechado, impreterivelmente, no horário de início da Prova, não sendo tolerado atraso, nem a presença de acompanhante nas dependências do local de realização da prova, exceto para os casos de candidatas lactantes, sendo que tal condição deverá ser mencionada previamente à realizadora do certame.
- 10.20) Em nenhuma hipótese haverá aplicação de prova fora dos locais e horários pré-estabelecidos.
- 10.21) Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada ou repetição de prova, importando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação, seja qual for o motivo alegado.
- 10.22) Durante a execução da prova, não será permitida consulta a nenhuma espécie de legislação, livro, revista, folheto, dicionário ou qualquer outro material impresso ou digital.
- 10.23) No dia de realização da prova, não será permitido ao candidato entrar ou permanecer com smartphone, tablet, ipod®, gravador, mp3 ou similar, ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica ou similar, notebook, palmtop, pen drive, máquina de

calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, bem como, relógio de qualquer espécie ou quaisquer controles ou dispositivos eletrônicos, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.

- 10.23.1) O CETAP recomenda que o candidato não leve quaisquer dos objetos citados no subitem 10.23 deste Edital.
- 10.24) Caso o candidato leve algum dos objetos citados no subitem anterior, este deverá requerer ao Fiscal de Sala embalagem apropriada para a guarda dos mesmos, com exceção de qualquer tipo de arma.
- 10.24.1) Todos os objetos citados no subitem 10.23 deverão ser guardados devidamente desligados.
- 10.24.2) Qualquer som emitido pelos objetos citados no subitem 10.23 deste Edital durante a realização da prova poderá ocasionar a eliminação do candidato do Concurso Público.
- 10.24.3) O candidato que estiver portando qualquer tipo de arma no local de prova será encaminhado à Coordenação, onde será realizado procedimento de desmuniamento da arma e acautelamento da mesma.
- 10.24.4) O descumprimento das instruções contidas nos subitens 10.23, 10.23.1, 10.24 e 10.24.1 poderá implicar eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.
- 10.25) Quando do término da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, o candidato deverá retirar-se da sala de prova portando sua embalagem com os objetos citados no subitem 10.23.
- 10.25.1) O CETAP não se responsabilizará por perdas ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
- 10.26) No decorrer da prova, se o candidato observar qualquer anormalidade gráfica, deverá manifestar-se imediatamente ao Fiscal de Sala.
- 10.27) Os eventuais erros nos dados pessoais constantes do Cartão Resposta ou na Ata de Sala deverão ser corrigidos na Ata de Correção.
- 10.28) Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao Fiscal de Sala o Caderno de Questões e o Cartão Resposta, bem como todo e qualquer material cedido para a execução da prova, com exceção da embalagem apropriada à guarda dos objetos citados no subitem 10.24.
- 10.29) Será permitido ao candidato copiar o gabarito da prova e levar consigo o Caderno de Questões desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.
- 10.29.1) A anotação do gabarito será permitida de acordo com as instruções contidas na capa do Caderno de Questões.
- 10.30) Todos os candidatos poderão, ainda, ter acesso à imagem digitalizada do Cartão Resposta preenchido por eles durante a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha no endereço eletrônico <http://www.cetapnet.com.br>.
- 10.30.1) A referida imagem ficará disponível até 30 (trinta) dias corridos da data de publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 10.31) O candidato somente poderá ausentar-se da sala de prova, deixando o local de prova, após 120 (cento e vinte) minutos do início da mesma.
- 10.32) O candidato que se retirar do local de prova não poderá retornar em hipótese alguma.
- 10.33) Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas, em razão do afastamento do candidato da sala de prova.
- 10.33.1) Se, por qualquer razão fortuita, o concurso sofrer atraso em seu início ou necessitar de suspensão momentânea durante a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, como por exemplo em caso de falta de energia elétrica, será concedido prazo adicional aos candidatos do local afetado, de modo que tenham o tempo total previsto neste Edital para a realização das provas, em garantia à isonomia do certame.
- 10.34) Os três últimos candidatos de cada sala de prova só poderão sair juntos.
- 10.35) O CETAP poderá, durante a realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, submeter os candidatos ao registro fotográfico individual para fins de confirmação de sua identidade, bem como ao sistema de detecção de metal.
- 10.36) A transcrição da “frase mestra” é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como para possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso.
- 10.37) Será considerado ELIMINADO do Concurso Público o candidato que:
- a) apresentar-se ao local de prova após o fechamento do portão, que se dará no horário determinado para início da realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha,

- impreterivelmente;
- b) não apresentar o documento de identidade exigido, respeitadas as exceções previstas no subitem 10.16;
 - c) não seguir, criteriosamente, todas as instruções contidas na capa do Caderno de Questões e do Cartão Resposta;
 - d) se recusar a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para sua realização;
 - e) se afastar da sala, após início da mesma, sem o acompanhamento de Fiscal;
 - f) se ausentar da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão Resposta;
 - g) durante a realização da prova, for encontrado em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito, ou através de equipamentos eletrônicos, ou ainda que venha a tumultuar a sua realização;
 - h) utilizar livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, ou ainda qualquer dos objetos previstos no subitem 10.23 deste Edital;
 - i) usar de ofensas ou insultos para com os Coordenadores, Fiscais ou demais pessoas envolvidas na realização do certame, inclusive demais candidatos;
 - j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 - k) não permitir ser submetido ao registro fotográfico individual para fins de confirmação de sua identidade, bem como ao detector de metal;
 - l) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou se recusar a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;
 - m) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação.
- 10.38) Será considerado **APROVADO** na 1ª Fase o candidato que obtiver na Prova Objetiva de Múltipla Escolha rendimento igual ou superior a 6 (seis) pontos na referida Prova **E** que obtiver nota que o classifique na proporção de 3:1 (três para um) em relação à quantidade total de vagas efetivas somada com as vagas de cadastro de reserva ofertadas para o cargo a que estiver concorrendo, sendo aplicados os critérios de desempate previstos no subitem 10.39 do presente Edital.
- 10.38.1) Será considerado **REPROVADO** na 1ª Fase o candidato que obtiver na Prova Objetiva de Múltipla Escolha rendimento inferior a 6 (seis) pontos na referida Prova **OU** que obtiver nota que não o classifique na proporção de 3:1 (três para um) em relação à quantidade total de vagas efetivas somada com as vagas de cadastro de reserva ofertadas para o cargo a que estiver concorrendo, sendo aplicados os critérios de desempate previstos no subitem 10.39 do presente Edital.
- 10.39) Apurado o total de pontos que compõe a Nota, na hipótese de empate entre os candidatos **APROVADOS**, serão adotados os seguintes critérios de desempate na respectiva ordem:
- a) for mais idoso, desde que tenha idade igual ou superior a sessenta anos, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 11.741/2003 (Estatuto do Idoso);
 - b) obtiver maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;
 - c) obtiver maior nota na Prova de Língua Portuguesa;
 - d) obtiver maior nota na Prova de Legislação;
 - e) obtiver maior nota na Prova de Matemática e Raciocínio Lógico;
 - f) obtiver maior nota na Prova de Informática;
 - g) obtiver maior nota na Prova de Atualidades;
 - h) possuir maior idade, considerando o dia, mês e ano de nascimento.
- 10.40) No caso da persistência do empate, mesmo depois de aplicados todos os critérios de desempate estabelecidos por este edital, o CETAP promoverá sorteio público com critérios específicos a serem definidos em edital específico de convocação.
- 10.41) Em data fixada no Anexo 02 - Cronograma Completo, será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Preliminar da Prova Objetiva de Múltipla Escolha que informará a relação dos candidatos APROVADOS e REPROVADOS na referida Fase, aplicados os critérios de desempate previstos no subitem 10.39 do presente Edital.

- 10.42) Após análise dos recursos interpostos contra o Resultado Preliminar da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, será divulgado a Resultado Definitivo da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, nos termos do item 19 do presente Edital.

11. DA 1ª ETAPA – DO TESTE DE AVALIAÇÃO FÍSICA – TAF (2ª FASE)

- 11.1) A 2ª Fase, denominada Teste de Avaliação Física – TAF, de caráter eliminatório, será aplicada somente aos candidatos **APROVADOS** na 1ª Fase – Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 11.1.1) Os candidatos **APROVADOS** na 1ª Fase – Prova Objetiva de Múltipla Escolha serão convocados para a 2ª Fase – Teste de Avaliação Física por meio da divulgação de Edital Específico de Convocação para o Teste de Avaliação Física – TAF que irá dispor de regras complementares ao presente Edital, podendo integrar e regulamentar os termos já dispostos nesse Edital.
- 11.2) O Teste de Avaliação Física – TAF será realizado em data, local e horário a ser previamente divulgados em Edital Específico de Convocação para o Teste de Avaliação Física. O candidato deverá acompanhar a publicação do Edital Específico de Convocação para o Teste de Avaliação Física nos termos do item 19 do presente Edital.
- 11.3) O candidato deverá comparecer ao Local do Teste de Avaliação Física com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para início da mesma, vestido em trajes apropriados à prática de educação física (calção de ginástica, camiseta e tênis), portando os seguintes documentos:
- documento de identidade original, (com foto) nos termos do subitem 10.13 do presente Edital;
 - atestado médico (original ou cópia autenticada em cartório, ou cópia simples acompanhada da original para efeito de conferência), emitida há, no máximo 10 (dez) dias antes da publicação do Edital de Convocação para a referida Avaliação, atestando de forma legível que o candidato está apto a realizar as atividades físicas exigidas no Teste de Avaliação Física (2ª Fase) deste certame, devidamente assinada pelo médico responsável com carimbo, devendo ainda constar o número de Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina).
 - na hipótese de candidata gestante, Atestado Médico, emitido, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização do Teste de Avaliação Física, por médico especialista credenciado pelo respectivo Conselho, atestando de forma legível que a candidata está apta a realizar as atividades físicas exigidas no Teste de Avaliação Física (2ª Fase) deste certame, devidamente assinado pelo médico responsável com carimbo, devendo ainda constar o número de Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina).
- 11.3.1) O candidato que não cumprir as exigências do item 11.3 será considerado INAPTO no Teste de Avaliação Física e, conseqüentemente, eliminado do concurso.
- 11.4) O Teste de Avaliação Física terá caráter eliminatório e será considerado APTO o candidato que conseguir atingir o índice mínimo desejável dentro do tempo máximo e do número de tentativas permitidos, conforme determinações previstas nos Quadros seguintes (Quadro 01 e Quadro 02):

- a) Para o sexo **MASCULINO**: Quadro 01

QUADRO 01				
Nº	Provas	Índice Mínimo	Tempo Máximo	Tentativas
01	Flexão em Barra	04 repetições	-	2
02	Abdominal	35 repetições	1 mim	2
03	Flexão de Braço	20 repetições	-	2
04	Corrida de meio fundo	2.200 metros	12 mim	1
05	Natação	25 metros	-	2

b) Para o sexo **FEMININO**: Quadro 02

QUADRO 02				
Nº	Provas	Índice Mínimo	Tempo Máximo	Tentativas
01	Teste Estático de Barra	01 repetição	10 segundos (mínimo)	2
02	Abdominal	25 repetições	1 mim	2
03	Flexão de Braço	15 repetições	-	2
04	Corrida de meio fundo	1.600 metros	12 mim	1
05	Natação	25 metros	-	2

11.5) Será considerado INAPTO o candidato que não conseguir alcançar o índice mínimo dentro do tempo máximo fixado e/ou alcançar o índice mínimo ultrapassando o tempo máximo fixado nos Quadros anteriores (Quadro 01 e Quadro 02) em qualquer Prova, respeitados os números de tentativas permitidas.

11.5.1) O candidato que for considerado INAPTO em qualquer Prova não poderá prosseguir nas demais.

11.6) As Provas serão executadas da seguinte forma:

11.6.1) Flexão em Barra (sexo masculino):

- a) Posição inicial: o candidato posiciona-se sob a barra, de frente para o examinador. Ao comando de "em posição", o candidato empunhará a barra com a palma das mãos voltadas para fora (empunhadura em pronação), mantendo os braços completamente estendidos com o corpo na posição vertical, pés sem contato com o solo.
- b) Execução: ao comando de "iniciar", o candidato flexionará simultaneamente os braços até ultrapassar completamente com o queixo a parte superior da barra. Em seguida, voltará à posição inicial pela extensão completa dos braços. O corpo deverá permanecer na posição inicial pela extensão completa dos braços durante o exercício, sem cruzar pés ou pernas. Ao movimento completo do exercício será conferida 01 (uma) repetição. Serão exigidas 4 (quatro) repetições/flexões completas.

11.6.1.1) A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

- a) Só será contada a repetição realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;
- b) O movimento só será considerado completo após a total extensão dos cotovelos, na descida do movimento;
- c) A não-extensão total dos cotovelos, antes do início de uma nova execução, será considerada um movimento incorreto, o qual não será computado no desempenho do candidato.

11.6.1.2) Será proibido ao candidato do sexo masculino, quando da realização da Flexão em Barra:

- a) Tocar com o(s) pé(s) no solo ou em qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções, sendo permitida a flexão de perna(s) para evitar esse toque;
- b) Após a tomada de posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;
- c) Utilizar luvas ou qualquer outro artifício para a proteção das mãos;
- d) Apoiar o queixo na barra;
- e) Não é permitido impulsionar o corpo com as pernas ou balançar o corpo para executar cada flexão.

11.6.1.3) Será concedida uma segunda tentativa ao candidato do sexo masculino que não obtiver o desempenho mínimo na primeira, no prazo máximo de uma hora da tentativa inicial.

11.6.1.4) Será eliminado o candidato do sexo masculino que não atingir, no mínimo, 4 (quatro) repetições.

11.6.2) Teste Estático de Barra (sexo feminino):

- a) Posição inicial: a candidata posiciona-se sob a barra, à frente do examinador, pisando sobre um ponto de apoio. Ao comando de "em posição", a candidata empunhará a barra com a palma das mãos voltadas para fora (empunhadura em pronação), mantendo os braços

completamente flexionados, com o corpo na posição vertical, pernas estendidas e pés em contato com o ponto de apoio.

- b) Execução: ao comando de "iniciar", o ponto de apoio é retirado, devendo a candidata permanecer com os dois braços completamente flexionados e com o queixo no mínimo, alinhado com a barra horizontal, porém sem apoiar o queixo sobre a barra. A partir dessa posição o examinador com o auxílio de um cronômetro, registrará o tempo (estático) de segundos para que a candidata seja considerada apta.

11.6.2.1) Será proibido à candidata do sexo feminino, quando da realização do teste de Sustentação no Teste Estático de Barra:

- a) Tocar com o(s) pé(s) no solo ou em qualquer parte de sustentação da barra após o início da execução, sendo permitida a flexão de perna(s) para evitar esse toque;
- b) Após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda;
- c) Utilizar luva(s) ou qualquer outro artifício para proteção das mãos;
- d) Ceder sustentação, durante a execução do exercício;

11.6.2.2) Será concedida uma segunda tentativa a candidata do sexo feminino que não obtiver o desempenho mínimo na primeira, no prazo máximo de uma hora da tentativa inicial.

11.6.2.3) Será eliminada a candidata do sexo feminino que não atingir, no mínimo, o tempo (estático) de dez segundos.

11.6.3) Abdominal (ambos os sexos):

- a) Posição inicial: o candidato deverá se posicionar à frente do examinador. Ao comando de "em posição", o candidato tomará a posição deitado em decúbito dorsal, pernas unidas e estendidas e braços estendidos atrás da cabeça, tocando o solo.
- b) Execução: ao comando de "iniciar", o candidato flexionará simultaneamente o tronco e os membros inferiores na altura dos quadris, lançando os braços à frente, de modo que a planta dos pés se apoie totalmente no solo e a linha dos cotovelos coincida com a linha dos joelhos e, em seguida, voltará à posição inicial, completando, uma repetição. O candidato terá o prazo máximo de 1 minuto, para executar o número mínimo de repetições. Os comandos para iniciar e terminar o teste serão dados por um silvo breve de apito.

11.6.3.1) A contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:

- a) O teste terá a duração de um minuto e será iniciado e terminado com um silvo de apito;
- b) O auxiliar de banca irá contar em voz alta o número de repetições realizadas; quando o exercício não atender ao previsto neste edital, o auxiliar de banca repetirá o número do último realizado de maneira correta;
- c) Cada execução começa e termina sempre na posição inicial; somente aí será contada uma execução completa;
- d) Na primeira fase do movimento, os joelhos devem ser flexionados, os pés devem tocar o solo, o tronco deve ser flexionado e os cotovelos alcançar ou ultrapassar os joelhos pelo lado de fora;
- e) Ao final de cada repetição, a cabeça, o dorso das mãos e os calcanhares (com os joelhos completamente estendidos) também devem encostar-se ao solo
- f) Só será contada a repetição realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;
- g) Se, ao soar o apito para o término do teste, o candidato estiver em meio à execução, essa repetição não será computada.

11.6.3.1) Será concedida uma segunda tentativa ao candidato que não obtiver o desempenho mínimo na primeira, no prazo máximo de uma hora da tentativa inicial.

11.6.3.2) Será eliminado o candidato do sexo masculino que não atingir o mínimo de 35 (trinta e cinco) repetições e o candidato do sexo feminino que não atingir o mínimo de 25 (vinte e cinco) repetições.

11.6.4) Flexão de Braço em quatro apoios (sexo masculino)

- a) Posição inicial: o candidato posicionar-se de frente para o solo, braços paralelos estendidos perpendicularmente sobre o solo, palma da mão sobre o solo, pernas estendidas e unidas, pés apoiados sobre o solo, ao comando de “posição”, em quatro apoios: pés e mãos.
- b) Execução: ao comando de “iniciar”, o candidato flexionara simultaneamente os braços, aproximando ao máximo o peito sobre o solo, sem encostá-lo. Em seguida, voltará à posição inicial estendendo novamente o braço. Ao movimento completo de exercício será conferida 01 (uma) repetição.

11.6.4.1) Será concedida uma segunda tentativa ao candidato que não obtiver o desempenho mínimo na primeira, no prazo máximo de uma hora da tentativa inicial.

11.6.4.2) Será eliminado o candidato que não atingir, no mínimo, 20 (vinte) repetições.

11.6.5) Flexão de Braço em seis apoios (sexo feminino)

- a) Posição inicial: a candidata posicionar-se de frente para o solo, braços paralelos estendidos perpendicularmente sobre o solo, palma da mão sobre o solo, pernas estendidas e unidas, pés apoiados sobre o solo, joelhos tocando o solo, ao comando de “posição”, em seis apoios: pés, joelhos e mãos.
- b) Execução: ao comando de “iniciar”, a candidata flexionara simultaneamente os braços, aproximando ao máximo o peito sobre o solo, sem encostá-lo. Em seguida, voltará à posição inicial estendendo novamente o braço. Ao movimento completo de exercício será conferida 01 (uma) repetição.

11.6.5.1) Será concedida uma segunda tentativa ao candidato que não obtiver o desempenho mínimo na primeira, no prazo máximo de uma hora da tentativa inicial.

11.6.5.2) Será eliminada a candidata que não atingir, no mínimo, 15 (quinze) repetições.

11.6.6) Corrida de meio fundo (Ambos os sexos):

11.6.6.1) a) Execução: Este teste será realizado em pista de atletismo com medida olímpica de 400 m, ou perímetro plano e regular devidamente aferido. O candidato terá doze minutos contínuos para percorrer a distância mínima exigida. Poderá fazê-lo correndo e/ou andando. Não será permitida a parada durante a execução do exercício. Cada candidato imprime seu ritmo de corrida e/ou caminhada livremente, no tempo estabelecido;

b) o início e o final do teste serão dados pelos integrantes da banca, por meio de silvo de apito.

11.6.6.2) Teste de corrida de doze minutos levará em consideração as seguintes observações:

- a) Após o final do teste, o candidato somente poderá continuar a correr ou caminhar no sentido transversal da pista, no ponto em que se encontrava quando soou o apito de término do tempo do teste;
- b) Não será informado o tempo que restar para o término do teste, mas o candidato poderá usar relógio para controlar o seu tempo;
- c) Um único relógio, o do coordenador do teste, controlará o tempo oficial do teste, sendo o único que servirá de referência para o início e término;
- d) Ao soar o apito encerrando o teste, o candidato deverá permanecer no local onde estava naquele momento e aguardar a presença do fiscal que irá aferir mais precisamente a metragem percorrida.

11.6.6.3) Será proibido ao candidato, quando da realização do teste de corrida de doze minutos:

- a) Abandonar a pista antes da liberação do fiscal;
- b) Dar ou receber qualquer tipo de ajuda física (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão etc.);
- c) Deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, após findos os doze minutos, sem a respectiva liberação do fiscal, sob pena de ser considerado inapto e, conseqüentemente, eliminado do concurso.

11.6.6.4) O teste de corrida de doze minutos será realizado em uma única tentativa.

11.6.6.5) Durante os doze minutos do teste, o candidato do sexo masculino deverá percorrer, no mínimo, uma distância de 2.200 metros e o candidato do sexo feminino deverá percorrer, no mínimo, uma distância de 1.600 metros.

11.6.7) Natação (Ambos os sexos):

- 11.6.7.1) a) Execução: o candidato deverá nadar 25 metros em estilo livre sem a cobrança de tempo, sendo a saída de cima.
- 11.6.7.2) Será proibido ao candidato, quando da realização da Natação, sob pena de ser ELIMINADO:
- tocar no fundo da piscina;
 - descansar na raia ou borda;
 - obter algum tipo de apoio.
- 11.6.8) Será considerado inapto e, conseqüentemente, eliminado do concurso público, não tendo classificação alguma no certame, o candidato que:
- Não comparecer para a sua realização dos testes dentro do horário estabelecido;
 - Não realizar qualquer dos testes;
 - Não atingir o desempenho mínimo em qualquer dos testes, no prazo determinado ou modo previstos;
 - Infringir qualquer determinação prevista neste Edital, independentemente do resultado alcançado nos testes físicos.
- 11.6.9) O candidato que for considerado inapto em qualquer teste não poderá prosseguir nos demais.
- 11.6.10) Os testes de aptidão física serão realizados em até duas tentativas, com exceção da corrida, que será realizada em apenas uma tentativa. Caso o candidato não alcance o índice mínimo na primeira tentativa, poderá realizar, com um intervalo máximo de 01 (uma) hora, a segunda tentativa.
- 11.6.11) Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estados menstruais, gravidez, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas etc.) que impossibilitem a realização dos testes ou diminuam a capacidade física dos candidatos não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
- 11.6.12) Será considerado APTO no Teste de Avaliação Física o candidato que atingir a performance mínima em todos os testes.
- 11.7) O candidato que vier a acidentar-se em qualquer uma das Provas Avaliação Física estará automaticamente ELIMINADO do Concurso, não cabendo qualquer recurso contra esta decisão.
- 11.8) O Resultado de cada Prova deverá ser registrado pelo examinador na Ficha de Avaliação do candidato.
- 11.9) O candidato INAPTO tomará ciência de sua eliminação do Concurso logo após a finalização da Prova, sendo anotada sua condição na Ficha de Avaliação, ficando impedido de prosseguir na Fase.
- 11.10) O candidato deverá assinar a Ficha de Avaliação antes e depois da realização da Avaliação Física.
- 11.11) O candidato que se recusar a assinar a Ficha de Avaliação estará automaticamente eliminado do Concurso.
- 11.12) A realização de qualquer exercício preparatório para a Avaliação Física será de inteira responsabilidade do candidato.
- 11.13) Em data fixada no Anexo 02 – Cronograma Completo, será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Preliminar do Teste de Avaliação Física que informará a relação dos candidatos APTOS e INAPTOS na referida Fase.
- 11.14) Após análise e julgamento dos recursos interpostos contra o Resultado Preliminar do Teste de Avaliação Física, será divulgado o Resultado Definitivo do Teste de Avaliação Física, nos termos do item 19 do presente Edital.

12. DA 1ª ETAPA – DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (3ª FASE)

- 12.1) A 3ª Fase denominada de Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório, será aplicada somente aos candidatos **APTOS** na 2ª Fase – Teste de Avaliação Física.
- 12.1.1) Os candidatos **APTOS** na 2ª Fase – Teste de Avaliação Física serão convocados para a 3ª Fase – Avaliação Psicológica por meio da divulgação de Edital Específico de Convocação para a Avaliação Psicológica que irá dispor de regras complementares ao presente Edital, podendo integrar e regulamentar os termos já dispostos nesse Edital.
- 12.2) A Avaliação Psicológica será realizada em data, local e horário a ser previamente divulgados em Edital Específico de Convocação para a Avaliação Psicológica. O candidato deverá acompanhar a publicação

do Edital Específico de Convocação para a Avaliação Psicológica nos termos do item 19 do presente Edital.

- 12.3) O candidato deverá comparecer ao Local de Prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para início da mesma, portando o documento oficial de identidade, nos termos do item 10.13 do presente Edital.
- 12.4) A realização da Avaliação Psicológica tem como finalidade mensurar, de forma objetiva e padronizada, identificando e quantificando escores, características e habilidades psicológicas do candidato, que favoreçam um prognóstico a respeito da adaptação e adequação ao desempenho das atribuições do cargo.
- 12.5) A Avaliação Psicológica será realizada em duas etapas, sendo elas: I Etapa – Testagem Coletiva, com a aplicação globalizada de bateria de testes psicológicos; II Etapa – Entrevista Individual, realizada individualmente com entrevista estruturada por psicólogo registrado no Conselho Regional de Psicologia, tudo em consonância com a legislação geral e específica em vigor, conforme os parâmetros estabelecidos no Decreto n.º 1.651, de 26 de agosto de 2019.
- 12.6) Os instrumentos de Avaliação Psicológica serão aplicados de acordo com as normas técnicas previstas nos respectivos manuais de testes psicológicos.
- 12.7) Os critérios eliminatórios constam no Decreto n.º 1.651, de 26 de agosto de 2019 e ainda serão divulgados oportunamente por meio do Edital específico de Convocação para a Avaliação Psicológica.
- 12.8) Será considerado APTO o candidato que apresentar, na Avaliação Psicológica, perfil psicológico compatível com o perfil profissional exigido nos termos do Decreto n.º 1.651, de 26 de agosto de 2019.
- 12.9) Será considerado INAPTO o candidato que não apresentar, na Avaliação Psicológica, perfil psicológico compatível com o perfil profissional exigido nos termos do Decreto n.º 1.651, de 26 de agosto de 2019
- 12.10) O perfil profissional compatível com o perfil profissional exigido será divulgado no Edital de Convocação para a Avaliação Psicológica, nos termos do Decreto n.º 1.651, de 26 de agosto de 2019.
- 12.11) Será considerado AUSENTE o candidato que não for avaliado em razão do não comparecimento a uma das Etapas da Avaliação Psicológica.
- 12.12) Em data fixada no Anexo 02 Cronograma Completo, será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Preliminar da Avaliação Psicológica que informará a relação dos candidatos APTOS, INAPTOS E AUSENTES na referida Fase.
- 12.13) Será facultado ao candidato, e somente a este, ter acesso e conhecimento dos testes psicológicos, devendo para tanto, solicitar o agendamento de entrevista devolutiva à Instituição organizadora do concurso.
- 12.14) A entrevista devolutiva é procedimento técnico, no qual um psicólogo de posse dos protocolos de testes psicológicos elaborados pelo candidato, bem como do perfil psicológico exigido para o cargo, explica-lhe qual foi a sua INAPTIDÃO ao perfil, orientando-o em função dos resultados obtidos e esclarecendo suas eventuais dúvidas.
- 12.14.1) O procedimento da entrevista devolutiva será exclusivamente de caráter informativo para esclarecimento do motivo da INAPTIDÃO do candidato ao propósito seletivo, não sendo considerado como nova avaliação psicológica.
- 12.15) Após a realização das entrevistas devolutivas e a análise e julgamento dos recursos interpostos contra o Resultado Preliminar da Avaliação Psicológica, será divulgado o Resultado Definitivo da Avaliação Psicológica, nos termos do item 19 do presente Edital.

13. DA 1ª ETAPA – DA AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E MÉDICA (4ª FASE)

- 13.1) A 4ª Fase, denominada de Avaliação Antropométrica e Médica, de caráter eliminatório, será aplicada somente aos candidatos **APTOS** na 3ª Fase - Avaliação Psicológica nos termos do item 19 do presente Edital.
- 13.1.1) Os candidatos **APTOS** na 3ª Fase – Avaliação Psicológica serão convocados para a 4ª Fase – Avaliação Antropométrica e Médica por meio da divulgação de Edital Específico de Convocação para a Avaliação Antropométrica e Médica que irá dispor de regras complementares ao presente Edital, podendo integrar e regulamentar os termos já dispostos nesse Edital.
- 13.2) A Avaliação Antropométrica e Médica será realizada em data, local e horário a ser previamente divulgados em Edital Específico de Convocação para a Avaliação Antropométrica e Médica. O

candidato deverá acompanhar a publicação do Edital Específico de Convocação para a Avaliação Antropométrica e Médica nos termos do item 19 do presente Edital.

- 13.3) O candidato deverá comparecer no local da prova com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para início da mesma, munido do seu documento original de identidade.
- 13.4) A Avaliação Antropométrica e Médica será composta de avaliação clínica de exames médicos apresentados pelos candidatos e por avaliação antropométrica, tudo realizado por junta médica nos termos do Decreto n.º 1.651, de 26 de agosto de 2019.
- 13.5) A Avaliação Antropométrica mensurará o candidato quanto ao peso, altura, relação peso/altura por intermédio do Índice de Massa Corpórea (IMC), considerando os parâmetros previstos no Decreto n.º 1.651, de 26 de agosto de 2019.
- 13.6) Os candidatos convocados para a Avaliação Antropométrica e Médica deverão arcar com as despesas de realização dos exames, laudos e imagens que forem necessários à sua avaliação médica.
- 13.7) No momento da Avaliação Antropométrica e Médica, o candidato deverá apresentar à Junta Médica o resultado recente dos seguintes exames complementares obrigatoriamente acompanhados dos respectivos laudos, realizados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da sua emissão, conforme relacionado a seguir, todos realizados sobre sua responsabilidade, sendo que a falta de qualquer um deles ensejará a sua eliminação do concurso:
- I - Sangue: hemograma completo, glicemia de jejum, ureia, creatinina, colesterol total, triglicerídeos, transaminases (TGO/TGP), bilirrubinas (total e frações), sorologia para doença de Chagas, VDRL, HbsAg, anti HVC e tipagem sanguínea (grupo ABO e fator RH);
 - II - Urina: elementos anormais e sedimentos (EAS);
 - III - Fezes: Exame Parasitológico de Fezes (EPF);
 - IV - Exame radiográfico (RX), com o respectivo laudo para tórax PA e perfil;
 - V - Cardiológicos, todos com laudo, emitidos e assinados por Médico Cardiologista:
 - a) Avaliação clínica cardiológica;
 - b) Eletrocardiograma;
 - c) Ecocardiograma bidimensional com Doppler;
 - d) Ergométrico.
 - VI - Avaliação Psiquiátrica: realizada por Médico Psiquiatra, que deverá emitir o laudo sobre comportamento, humor, coerência e relevância do pensamento, conteúdo ideativo, percepções, hiperatividade, encadeamento de idéias, orientação, memória recente, memória remota, tirocínio, uso ou não de medicamentos psicotrópicos (psicofármacos), e ainda, qualquer antecedente de doença psiquiátrica.
 - VII - Exames antidrogas: será realizado exame com janela de detecção mínima de 60 dias anteriores à data da coleta, cujo período desta será estabelecido no Edital de Convocação, e ser entregue no dia do Exame Médico em envelope devidamente lacrado pelo laboratório, realizado por meio de amostra de queratina, para detecção de:
 - a) maconha;
 - b) metabólicos do delta-9 THC;
 - c) cocaína;
 - d) anfetaminas (inclusive metabólicos e seus derivados); e,
 - e) opiáceos.
- 13.7.1) Em caso de resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas, o candidato será considerado INAPTO. O resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará restrito à Banca Examinadora do Concursos Públicos, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.
- 13.7.2) Os resultados dos exames e laudos exigidos, deverão conter o nome completo do candidato e número do seu documento de identidade, impresso ou escrito, e ter prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua emissão.
- 13.8) A Junta Médica, após análise da avaliação e dos exames laboratoriais e médicos do candidato, emitirá apenas parecer conclusivo de APTIDÃO ou INAPTIDÃO do mesmo.
- 13.9) Se na análise dos exames laboratoriais e médicos for evidenciada alguma alteração clínica, a Junta Médica deverá determinar se a mesma é:

- a) incompatível com o cargo pretendido;
 - b) potencializada com as atividades a serem desenvolvidas;
 - c) determinante de frequentes ausências;
 - d) capaz de gerar atos inseguros que venham a colocar em risco a segurança do candidato ou de outras pessoas;
 - e) potencialmente incapacitante a curto prazo.
- 13.10) Evidenciadas quaisquer das alterações descritas no subitem 13.9 do presente Edital, o candidato será considerado INAPTO.
- 13.11) Os critérios eliminatórios da Avaliação Antropométrica e Médica serão divulgados oportunamente por meio do Edital de Convocação da referida Fase.
- 13.12) Serão aprovados nesta Fase os candidatos considerados APTOS pela Avaliação Antropométrica e Médica, sendo considerado INAPTOS os demais candidatos.
- 13.12.1) Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, por ocasião da realização do Exame Médico, não estiver em condição de saúde compatível com o cargo pretendido.
- 13.13) Em data fixada no Anexo 02 - Cronograma Completo deste Edital, será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Preliminar da Avaliação Antropométrica e Médica que informará a relação dos candidatos APTOS e INAPTOS na referida Fase.
- 13.14) Após análise e julgamento dos recursos interpostos contra o Resultado Preliminar da Avaliação Antropométrica e Médica, será divulgado o Resultado Definitivo da Avaliação Antropométrica e Médica, nos termos do item 19 do presente Edital,

14. DA 1ª ETAPA – DA INVESTIGAÇÃO DE ANTECEDENTES PESSOAIS (5ª FASE)

- 14.1) A 5ª Fase denominada de Investigação de Antecedentes Pessoais, de caráter eliminatório, verificará os antecedentes pessoais do candidato e será realizada por uma comissão específica, ocorrendo durante todo o transcurso do concurso público por meio de investigação social, funcional, civil e criminal.
- 14.1.1) Os candidatos **APROVADOS** na 1ª Fase – Prova Objetiva de Múltipla Escolha serão convocados para a 5ª Fase – Investigação de Antecedentes Pessoais por meio da divulgação de Edital Específico de Convocação para a Investigação de Antecedentes Pessoais que irá dispor de regras complementares ao presente Edital, podendo integrar e regulamentar os termos já dispostos nesse Edital.
- 14.2) A Entrega dos documentos referentes à Investigação de Antecedentes Pessoais será realizada em data, local e horário a ser previamente divulgados em Edital Específico de Convocação para a Entrega de Documentos referentes à Investigação de Antecedentes Pessoais. O candidato deverá acompanhar a publicação do Edital Específico de Convocação para a Investigação de Antecedentes Pessoais nos termos do item 19 do presente Edital.
- 14.2.1) Serão analisados os documentos da Investigação de Antecedentes Criminais somente dos candidatos que realizaram a entrega dos documentos de acordo com as datas fixadas no Anexo 02 – Cronograma Completo do presente Edital e APTOS na 4ª Fase – Avaliação Antropométrica e Médica do Concurso Público conforme critérios estabelecidos no item 13 do presente Edital.
- 14.3) O candidato deverá acompanhar a publicação do Edital de Convocação nos termos do item 19 do presente edital, o qual divulgará também os critérios de avaliação da presente Fase.
- 14.4) A Investigação de Antecedentes Pessoais visa apurar se o candidato ao cargo apresenta procedimento social e tem idoneidade moral compatíveis com a dignidade do cargo pretendido, conforme as informações coletadas e processadas pelos órgãos competentes, verificando se os padrões ético-morais são consentâneos com a realização das funções inerentes ao cargo pretendido.
- 14.5) A Investigação de Antecedentes Pessoais será realizada por uma Comissão Específica destinada para esse fim.
- 14.5.1) Será fixado prazo para entrega dos seguintes documentos, nos termos do previsto em Edital Específico de Convocação desta Fase do certame:
- a) certidão de antecedentes criminais, das cidades da Jurisdição onde reside e onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos;
 - b) certidão de quitação eleitoral;
 - c) antecedente criminal da Polícia Federal;
 - d) antecedente criminal da Polícia Civil;

- e) certidão negativa da Justiça Comum;
 - f) certidão negativa da Justiça Militar do Pará, inclusive para as candidatas do sexo feminino;
 - g) certidão negativa da Justiça Federal, seção judiciária do Pará.
 - h) certidões dos cartórios de protestos de títulos da cidade/município onde reside/residiu nos últimos 05 (cinco) anos; e,
 - i) certidões dos cartórios de execução cível da cidade/município onde reside/residiu nos últimos 05 (cinco) anos.
- 14.6) Serão aceitas certidões obtidas por meio de site oficial, desde que possuam assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica.
- 14.7) Somente serão aceitas certidões expedidas, no máximo, nos 90 (noventa) dias anteriores à data de entrega fixada em Edital e dentro do prazo de validade específico se constante da mesma.
- 14.8) Serão desconsiderados os documentos rasurados.
- 14.9) Os critérios de eliminação serão divulgados no Edital Específico de Convocação desta Fase do certame, respeitando o previsto no Decreto n.º 1.651, de 26 de agosto de 2019.
- 14.10) A Comissão emitirá parecer conclusivo acerca da situação de cada candidato, apontando o resultado da Avaliação da Pesquisa Social como: Indicado ou Eliminado.
- 14.11) Em data fixada no Anexo 02 Cronograma Completo será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Preliminar da Investigação de Antecedentes Pessoais que informará a relação dos candidatos APTOS, INAPTOS e ELIMINADOS na referida Fase.
- 14.12) Após análise e julgamento dos recursos interpostos contra o Resultado Preliminar da Investigação de Antecedentes Pessoais, será divulgado o Resultado Definitivo da Investigação de Antecedentes Pessoais, nos termos do item 19 do presente Edital.

15. DO RESULTADO DA 1ª ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO

- 15.1) Serão considerados APROVADOS na 1ª ETAPA do Concurso somente os candidatos que obtiverem aprovação em todas as Fases desta ETAPA do Concurso Público previstas no presente Edital.
- 15.2) Os candidatos APROVADOS na 1ª ETAPA serão classificados de acordo com a suas respectivas notas na Prova Objetiva de Múltipla Escolha (1ª Fase).
- 15.3) Em data fixada no Anexo 02 - Cronograma Completo, será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Preliminar da 1ª ETAPA.
- 15.4) Após análise dos recursos interpostos contra o Resultado Preliminar da 1ª ETAPA, será divulgado a Resultado Definitivo da 1ª ETAPA, nos termos do item 19 do presente Edital.

16. DA 2ª ETAPA DO CONCURSO – CURSO INTENSIVO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

- 16.1) Serão **CLASSIFICADOS** para a 2ª ETAPA – Curso de Formação de Guarda Civil Municipal apenas os candidatos **APROVADOS** na 1ª ETAPA com nota auferida na Prova Objetiva de Múltipla Escolha que o classifique à quantidade total de vagas efetivas e vagas de cadastro de reserva ofertadas para o cargo a que estiver concorrendo.
- 16.1.1) Serão considerados **APROVADOS** na 1ª ETAPA e **NÃO CLASSIFICADOS** para a 2ª ETAPA os candidatos com nota auferida na Prova Objetiva de Múltipla Escolha que o NÃO o classifique à quantidade total de vagas efetivas e vagas de cadastro de reserva ofertadas para o cargo a que estiver concorrendo.
- 16.2) Os candidatos **APROVADOS** na 1ª ETAPA serão convocados para a 2ª ETAPA – Curso de Formação de Guarda Civil Municipal por meio da divulgação de Edital Específico de Convocação para o Curso de Formação de Guarda Civil Municipal que irá dispor de regras complementares ao presente Edital, podendo integrar e regulamentar os termos já dispostos nesse Edital.
- 16.3) A convocação para a 2ª ETAPA será feita através de Edital Específico de Convocação para Matrícula no Curso de Formação de Guarda Civil Municipal, não gerando o fato da aprovação o direito de convocação à matrícula, que dependerá da conveniência e oportunidade da Administração Pública.

- 16.4) A relação dos candidatos aprovados e convocados para efetivação da matrícula no Curso Intensivo de Formação de Guarda Civil Municipal será divulgada em data fixada no Anexo 02 Cronograma Completo, nos termos do item 19 do presente Edital.
- 16.5) As orientações pertinentes e específicas quanto à 2ª ETAPA do certame serão divulgadas oportunamente em Edital Específico de Convocação para Matrícula no Curso de Formação de Guarda Civil Municipal do Município de Ananindeua.
- 16.6) Em data fixada no Anexo 02 - Cronograma Completo, será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Preliminar da 2ª ETAPA.
- 16.7) Após análise dos recursos interpostos contra o Resultado Preliminar da 2ª ETAPA, será divulgado o Resultado Definitivo da 2ª ETAPA, nos termos do item 19 do presente Edital.

17. DOS RECURSOS

- 17.1) Caberá recurso contra:

	Recurso	Forma
01	Edital Completo do Certame	Internet
02	Relação Preliminar das Isonções Deferidas e Indeferidas	Internet
03	Lista Provisória de Candidatos Inscritos	Internet
04	Gabarito Oficial Preliminar da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Internet
05	Resultado Preliminar da 1ª Fase: Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Internet
06	Resultado Preliminar da 2ª Fase: Avaliação Física	Internet
07	Resultado Preliminar da 3ª Fase: Avaliação Psicológica	Internet
08	Resultado Preliminar da 4ª Fase: Avaliação Antropométrica e Médica	Internet
09	Resultado Preliminar da 5ª Fase: Investigação de Antecedentes Pessoais	Internet
10	Resultado Preliminar da 1ª ETAPA	Internet
11	Resultado Preliminar da 2ª ETAPA	Internet
12	Resultado Final Preliminar do Concurso	Internet

- 17.2) Para interpor recurso pela Internet, é necessário acessar o Portal de Acompanhamento (<http://www.cetapnet.com.br>) e preencher eletronicamente o Formulário próprio, respeitando os prazos informados no Anexo 02 - Cronograma Completo deste Edital.
- 17.2.1) Para interpor recurso contra o Edital Completo do Certame, é necessário fazer o login no site <https://www.cetapnet.com.br>, clicar no botão “Impugnação contra o Edital de Abertura” na página do Concurso e preencher eletronicamente o formulário próprio.
- 17.3) Todos os recursos serão analisados, entretanto, somente serão respondidos e divulgados em documento específico os Recursos interpostos contra o Gabarito Oficial Preliminar se devidamente fundamentados. Os deferimentos/indeferimentos dos demais Recursos interpostos contra as outras fases do certame serão informados através da divulgação dos Resultados Definitivos de cada Fase questionada, quando então o candidato poderá verificar a alteração ou não de sua pontuação, o que indicará o respectivo deferimento/indeferimento do recurso, não havendo qualquer outro tipo de comunicação relacionada ao deferimento ou indeferimento dos recursos.
- 17.3.1) Em nenhuma hipótese, será encaminhada resposta individual aos candidatos.

- 17.3.2) O CETAP não se responsabilizará pelo não recebimento dos recursos interpostos pela Internet ocasionado por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como, outros fatores que impossibilitem a transmissão de dados.
- 17.4) Se o exame de recursos contra o Gabarito Oficial Preliminar da Prova Objetiva de Múltipla Escolha resultar na anulação de questão integrante de Prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 17.5) Se houver alterações do Gabarito Oficial Preliminar, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 17.6) O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo no seu recurso. Recursos inconsistentes ou sem fundamentação serão preliminarmente indeferidos.
- 17.7) Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos e/ou recurso contra o Gabarito Oficial Definitivo e as demais fases do concurso
- 17.8) Recurso interposto fora do prazo previsto será indeferido.
- 17.9) Não será aceito recurso enviado via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
- 17.10) Recursos cujo teor desrespeite a Banca serão preliminarmente indeferidos.
- 17.11) A Banca Examinadora constitui última instância para julgamento dos recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

18. DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO

- 18.1) A Nota Final de cada candidato será encontrada através da seguinte equação:
a) Para todos os candidatos inscritos:

$$\text{Nota Final} = \text{NPO}$$

Em que:

NPO: Nota da Prova Objetiva de Múltipla Escolha

- 18.2) Será considerado APROVADO no Concurso Público, o candidato APROVADO na 2ª ETAPA do certame.
- 18.3) Não havendo candidatos aprovados para as vagas destinadas ao sexo feminino, estas poderão ser preenchidas pelos demais candidatos do sexo masculino, bem como não havendo candidatos aprovados para a totalidade das vagas destinadas ao sexo masculino, estas poderão ser preenchidas pelas demais candidatas do sexo feminino.
- 18.4) Em data fixada no Anexo 02 - Cronograma Completo, será divulgado, nos termos do item 19 do presente Edital, o Resultado Final Preliminar.
- 18.5) Após análise dos recursos interpostos contra o Resultado Final Preliminar, será divulgado a Resultado Final Definitivo e a Homologação do Resultado Final, nos termos do item 19 do presente Edital.

19. DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS

- 19.1) Os resultados de cada etapa deste Concurso Público, bem como, todas as comunicações oficiais de interesse dos candidatos, serão disponibilizados para consulta no endereço eletrônico <https://www.cetapnet.com.br>.
- 19.2) É de inteira responsabilidade do candidato a obtenção das informações oficiais através dos meios disponibilizados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA e pelo CETAP, não podendo o candidato alegar desconhecimento de qualquer publicação oficial divulgada dentro dos termos especificados no item 19 deste Edital.
- 19.3) Não serão fornecidas informações por telefone, fax, correios, correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outra forma que não as especificadas no item 19 deste Edital.

20. DA NOMEAÇÃO E POSSE

- 20.1) A nomeação e posse no cargo obedecerão à ordem de classificação, não gerando o fato da aprovação direito à nomeação, que dependerá da necessidade de pessoal e disponibilidade orçamentária da Administração Pública.
- 20.2) A nomeação dar-se-á em consonância com a legislação em vigor.
- 20.3) Os candidatos serão convocados através de publicação no Diário Oficial do Município de Ananindeua e no Portal da Prefeitura Municipal de Ananindeua.
- 20.3.1) Não serão realizadas convocações através de telefone, fax, correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outra forma que não as especificadas no Item 20 deste Edital.
- 20.3.2) É de inteira responsabilidade do candidato a obtenção das informações referentes à convocação oficial através dos meios disponibilizados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA não podendo o candidato alegar desconhecimento de qualquer convocação oficial divulgada dentro dos termos especificados no Item 20 deste Edital.
- 20.4) Serão exigidos dos candidatos aprovados os documentos relativos à confirmação das condições estabelecidas nos itens deste Edital que estabelecem as exigências do cargo para efeito de investidura, bem como da legislação pertinente, sendo que a não apresentação de quaisquer deles implicará na não nomeação ao cargo.
- 20.4.1) Somente serão aceitos documentos cópia simples acompanhadas de original ou cópias autenticadas.
- 20.4.2) É facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA exigir dos candidatos, além da documentação prevista neste Edital outros documentos que julgar necessário.

21. DOS ENDEREÇOS CITADOS NESTE EDITAL

- 21.1) Endereço da Sede do CETAP para envio de Documentos **VIA SEDEX**: Av. Presidente Vargas, n.º 158, sala 1202, CEP: 66.010-000, Centro, Belém/PA. (Horário de funcionamento: 09:00 às 12:00 horas).
- 21.2) Endereço do polo de recolhimento de documentos do CETAP em ANANINDEUA/PA para **ENTREGA PRESENCIAL**: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO AGOSTINHO MONTEIRO. Endereço: Tv WE 16 (Cidade Nova II), CEP: 67.010-450, Bairro Coqueiro – Ananindeua/PA. (Funcionamento: Apenas nos períodos que tiverem entrega de documentos de acordo com o Anexo 02 – Cronograma Completo. Horário: de segunda à sexta-feira, de 09:00 às 12:00 horas)

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1) A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes.
- 22.2) A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA e o CETAP não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações que venham a ser comercializados, referentes à preparação de candidatos a este Concurso Público.
- 22.3) Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das Provas. O candidato deverá observar, rigorosamente, os Editais e os comunicados a serem divulgados na forma do item 19 deste Edital.
- 22.4) Decorridos 180 (cento e oitenta) dias após a divulgação do Resultado Final do Concurso Público, e não se caracterizando qualquer óbice, é facultado ao CETAP a incineração das Provas e demais registros escritos, mantendo-se, porém, pelo prazo de validade do concurso, os registros eletrônicos.
- 22.5) Toda documentação comprobatória enviada via Sedex, junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, será considerada como válida quando postada dentro do prazo estabelecido neste Edital.
- 22.6) Os itens, subitens e Anexos deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data de convocação dos candidatos para a Prova correspondente, circunstância em que será mencionada em Edital de Retificação a este Edital a ser publicado na forma do item 19 deste Edital.

- 22.6.1) É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento de todo e qualquer Edital de Retificação a este Edital que vier a ser publicado, nos termos do item 19 deste Edital.
- 22.7) Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA a Homologação do Resultado Final, o qual será publicado no Diário Oficial do Município de Ananindeua e no Portal da Prefeitura Municipal de Ananindeua.
- 22.8) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso em conjunto com o CETAP.
- 22.8.1) Os questionamentos relativos a casos omissos neste Edital e na Legislação Municipal deverão ser protocolados no polo de recolhimento de documentos do CETAP e serão resolvidos pela Comissão do Concurso em conjunto com o CETAP.
- 22.9) A Comissão do Concurso poderá anular a inscrição, prova ou admissão do candidato, a qualquer tempo, desde que sejam verificadas falsidades de declaração ou irregularidade nas provas em que se submeter.
- 22.10) A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA e o CETAP se eximem de quaisquer despesas decorrentes da participação do candidato neste Concurso Público.
- 22.11) O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de Homologação do Resultado Final, podendo ser prorrogado por igual período.
- 22.12) O candidato APROVADO obriga-se a manter atualizado seu endereço junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA, enquanto perdurar a validade do Concurso.
- 22.13) Não serão fornecidos aos candidatos, pelo CETAP, quaisquer atestados, certidões ou certificados relativos à classificação ou notas de candidatos, valendo para este fim a homologação divulgada no Diário Oficial do Município de Ananindeua.
- 22.14) O foro da Comarca de ANANINDEUA/PA é competente para decidir quaisquer ações judiciais interpostas com respeito a este Edital e respectivo Concurso Público.
- 22.15) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ananindeua, 30 de agosto de 2019.

José Carlos Antunes

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA
CONCURSO PÚBLICO N.º 004/2019
(GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE ANANINDEUA)
EDITAL N.º 001/2019, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

ANEXO 03 – INFORMAÇÕES DOS CARGOS

1. CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo 01	Guarda Civil Municipal
Síntese de Atividade	<p>Desempenhar atividades de proteção a população e ao patrimônio público municipal no sentido de prevenir a ocorrência de quaisquer infrações; Tomar conhecimento das ordens existentes a respeito de seu serviço, ao iniciar qualquer atividade, para o qual se ache devidamente escalado e cumprilas com esmero e dedicação; Conservar-se atento durante a execução de qualquer serviço; Tratar com atenção e urbanidade as pessoas com as quais em razão de serviço, entrar em contato; Atender com presteza as ocorrências para as quais for solicitado; Elaborar o boletim de ocorrências, nas quais estiver envolvido; Proceder revista pessoal por ocasião de prisão em flagrante delito; Zelar pelo armamento, munição e equipamentos sob sua responsabilidade; Zelar por sua apresentação pessoal, fardamento e equipamento; Não executar serviços estranhos à corporação durante o serviço; Dar conhecimento urgente ao seu superior imediato, Inspetor, Subinspetor de Operações, de ocorrência grave que tenha atendido ou tomado conhecimento; Interessar-se pelo seu aprimoramento profissional; Não contrair dívidas acima de suas possibilidades ou participar de transações ilícitas, comprometendo o nome da Instituição Guarda Civil Municipal; Zelar pelo patrimônio pertencente à fazenda municipal; Cumprir e fazer cumprir as ordens recebidas de seus superiores hierárquicos; Conduzir viaturas e embarcações, conforme escala de serviço; Efetuar ronda motorizada nos parques, praças e logradouros públicos municipais, conforme escala de serviço; Responder como responsável de equipe na ausência de outro superior hierárquico; Desempenhar atividades de supervisão e rondas nos próprios do Município; Atender convocações para serviços rotineiros, emergenciais ou extraordinários.</p>
Atribuições	<p>Planejar, organizar, controlar, supervisionar, coordenar e executar ações que possam prevenir proibir, inibir e restringir ações nefastas de pessoas que atentem contra a população, bens, serviços e instalações municipais, assim como a preservação da ordem pública; Educar, orientar, fiscalizar, controlar e policiar o trânsito nas vias e logradouros municipais, visando à segurança e a fluidez no tráfego; Policiar e proteger a</p>

	<p>população, o patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, adotando medidas educativas e preventivas; Exercer o poder de polícia para a proteção, tranquilidade e segurança dos cidadãos; Colaborar, com os órgãos federais e estaduais para o desenvolvimento e o provimento do Município, visando o controle, fiscalização e encerramento das atividades que violarem normas de saúde, de higiene, de segurança, da funcionalidade e a moralidade ou quaisquer outros aspectos relacionados com o interesse do Município; Colaborar e participar das atividades de Defesa Civil na área territorial do Município, ou fora dela devidamente autorizada pelo Chefe do Executivo, em articulação com a Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social e a Defesa Civil Municipal, e os órgãos federais e estaduais competentes; Desempenhar missões eminentemente preventivas e comunitárias zelando pelo respeito à Constituição, às leis e a proteção da população, ao patrimônio público municipal e a garantia da prestação dos serviços de responsabilidade do município; Desenvolver programas e atividades de caráter social e sócio-educativos, inclusive com adolescentes infratores, através de parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais, comprometendo-se com a evolução social da comunidade; Colaborar com as autoridades que estejam atuando no município, especialmente atuando no que tange à proteção da população, patrimônio histórico, meio ambiente ecologicamente equilibrado, e ao bem-estar do idoso, da criança e do adolescente; Observar, preservar e promover os princípios fundamentais dos direitos humanos, garantindo os direitos individuais e coletivos e o exercício da cidadania e liberdades públicas no âmbito do município; Apurar, nos termos da lei, as infrações disciplinares de seus servidores nos limites de sua competência; Planejar e executar ações de inteligência visando o cumprimento de suas atribuições na proteção e segurança do cidadão, dos bens e serviços do município, respeitando os direitos e garantias individuais; Realizar correições e inspeções no limite de sua competência; Acessar banco de dados do sistema de segurança pública federal e estadual, visando a prevenção criminal;</p>
Nível de Escolaridade	Ensino Médio Completo.
Requisitos para Investidura no Cargo	<p>Ser brasileiro; ter idade compreendida entre dezoito e trinta e cinco anos nos termos do art. 56, §3º da Lei n.º 2.706, de 03 de outubro de 2014 (para efeitos de aferição dessa idade será considerada a idade mínima na data da investidura do cargo público para o qual se inscreveu no concurso público, e, a idade máxima na data de inscrição no concurso público); provar o cumprimento das obrigações eleitorais e militares; estar em pleno exercício dos direitos políticos; nível médio de escolaridade; gozar de aptidão física, mental e psicológica; idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário Estadual, Federal e Distrital; não haver sido condenado criminalmente por sentença judicial transitada em julgado, ou sofrido sanção</p>

	administrativa impeditiva do exercício de cargo ou emprego público; ter altura mínima de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros), se homem, e de 1,60 (um metro e sessenta centímetros), se mulher; ter sido licenciado da organização militar a que serviu, no mínimo, no comportamento bom, se for o caso; habilitação para dirigir veículos no mínimo na categoria “B”; possuir aptidão para natação, na modalidade estilo livre no mínimo 25 (vinte e cinco) metros. Ser aprovado no Curso de Formação para Guarda Civil Municipal.	
Remuneração	1 salário mínimo vigente no país + 100% de gratificação de risco de vida + 100% de gratificação de atividade operacional + R\$ 400,00 de Vale alimentação	
Regime de Trabalho	40 (quarenta) horas semanais, podendo a estes ser aplicada jornada diferenciada em regime de escala ou de plantão.	
Sexo	Vagas Efetivas	Vagas de Cadastro de Reserva
Feminino	10 (dez) vagas, sendo 01 (uma) vaga reservada aos candidatos com deficiência.	03 (três) vagas. Não haverá vaga reservada aos candidatos com deficiência.
Masculino	40 (quarenta) vagas. Sendo 02 (duas) vagas reservadas aos candidatos com deficiência.	07 (sete) vagas. Será reservada 01 vaga aos candidatos com deficiência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA
CONCURSO PÚBLICO N.º 004/2019
(GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE ANANINDEUA)
EDITAL N.º 001/2019, DE 30 DE AGOSTO DE 2019**

ANEXO 01 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e Interpretação de Textos. Ortografia. Acentuação gráfica. Emprego do sinal indicativo de crase. Uso dos porquês. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Classes de Palavras. Período simples e composto. Pontuação. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Colocação dos pronomes oblíquos e átonos. Figuras de Linguagem.

2. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO:

Razão, proporção; regra de três simples e composta, porcentagem; juros compostos. Estatística. Tratamento da Informação: Leitura e interpretação de dados em tabelas estatísticas e gráficos. Medida de Centralização. Média, moda e mediana. Frequências acumuladas e desvio padrão. Desvios, Análise combinatória, Probabilidade, Progressão Aritmética, Progressão geométrica; Conjuntos (problemas).

3. INFORMÁTICA:

Sistema operacional e ambiente Windows 7, Windows 8, Windows 10. Edição de textos, planilhas e apresentações utilizando Microsoft Word, Excel e Power Point (versões 2007 e 2010) no ambiente Windows. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Intranet. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

4. ATUALIDADES:

Conhecimentos de assuntos atuais e relevantes nas áreas da política, economia, transporte, sociedade, meio ambiente, educação, saúde, ciência, tecnologia, desenvolvimento sustentável, segurança pública, energia, relações internacionais, suas inter-relações e vinculações históricas.

5. LEGISLAÇÃO:

- Lei n.º 2.177/05, de 07 de dezembro de 2005. (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ananindeua).
- Lei n.º 2.706, de 03 de outubro de 2014 (Estatuto dos Servidores da Guarda Civil Municipal de Ananindeua)
- Lei n.º 13.022, de 08 de agosto de 2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais).

6. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: TÍTULO II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. CAPÍTULO I: DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; CAPÍTULO II: DOS DIREITOS SOCIAIS. TÍTULO III: Da Organização do Estado. CAPÍTULO IV: Da Organização do Estado (artigos. 29 a 31); CAPÍTULO VII: Da Administração Pública: Seção I: DISPOSIÇÕES GERAIS, Seção II: DOS SERVIDORES PÚBLICOS, Seção IV: DAS REGIÕES.

TÍTULO V: Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas. CAPÍTULO III: DA SEGURANÇA PÚBLICA. TÍTULO VIII: Da Ordem Social. CAPÍTULO VI: DO MEIO AMBIENTE; CAPÍTULO VII: Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. **2.** Código de Processo Penal: INQUÉRITO POLICIAL, AÇÃO PENAL, COMPETÊNCIAS, PROVAS E PRISOES. **3.** Código Penal Brasileiro: CAPÍTULO I - DOS CRIMES CONTRA A VIDA: Homicídio simples, Homicídio qualificado, Homicídio culposo, Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, Infanticídio, Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento Aborto provocado por terceiro. CAPÍTULO II - DAS LESÕES CORPORAIS: Lesão corporal, Lesão corporal de natureza grave, Lesão corporal seguida de morte, Lesão corporal culposa. CAPÍTULO III - DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE. CAPÍTULO IV - DA RIXA: Rixa. CAPÍTULO V - DOS CRIMES CONTRA A HONRA: Calúnia, Difamação, Injúria. TÍTULO II - Dos crimes contra o patrimônio. CAPÍTULO I- DO FURTO: Furto, Furto qualificado. CAPÍTULO II: Do roubo e da extorsão: Roubo, Extorsão, Extorsão mediante sequestro, Extorsão indireta. CAPÍTULO IV - DO DANO: Dano, Dano qualificado, Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia, Dano em coisa de valor artística, arqueológico ou histórico, Alteração de local especialmente protegido. CAPÍTULO VI- DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES: Estelionato, Disposição de coisa alheia como própria, Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria, Defraudação de penhor, Fraude na entrega de coisa, Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro, Fraude no pagamento por meio de cheque, Duplicata simulada, Abuso de incapazes, Induzimento a especulação, Fraude no comércio, Outras fraudes. CAPÍTULO VII - DA RECEPÇÃO: Recepção, Recepção culposa. TÍTULO IV. CAPÍTULO I - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL: Estupro, Atentado violento ao pudor, Posse sexual mediante fraude, Atentado ao pudor mediante fraude. CAPÍTULO II - DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES: Sedução, Corrupção de menores. TÍTULO XI - Dos crimes contra a Administração Pública: CAPÍTULO I - DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL: Peculato, Peculato culposo, Peculato mediante erro de outrem, Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, Emprego irregular de verbas ou rendas pública, Concussão, Excesso de exação, Corrupção passiva, Facilitação de contrabando ou descaminho, Prevaricação, Condescendência criminosa, Advocacia administrativa, Violência arbitrária, Abandono de função, Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado, Violação de sigilo funcional, Violação do sigilo de proposta de concorrência. CAPÍTULO II - DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL: Usurpação de função pública, Resistência, Desobediência, Desacato, Exploração de prestígio, Corrupção ativa, Contrabando ou descaminho, Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, Inutilização de edital ou de sinal, Subtração ou inutilização de livro ou documento. **4.** Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 9 8.069, de 13 de julho de 1990): Do Direito à Vida e à Saúde, Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Disposições Gerais; Dos Produtos e Serviços; Das Medidas Específicas de Proteção; Dos Direitos Individuais; Da Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescentes. **5.** Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 9 10.826/ 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-SINARM, define crimes e dá providências): Do porte; Do Crime e das Penas. **6.** Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 19 de outubro de 2003): Disposições preliminares e Crimes. **7.** Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA/PA
CONCURSO PÚBLICO N.º 004/2019
(GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE ANANINDEUA)
EDITAL N.º 001/2019, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

ANEXO 02 – CRONOGRAMA COMPLETO

DESCRIÇÃO		Data
1ª ETAPA		
01	AFIXAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO	30/08/2019
02	PRAZO DE RECURSO CONTRA O EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO	02/09/2019 e 03/09/2019
03	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES	05/09/2019 à 18/10/2019
04	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES PARA OS CANDIDATOS HIPOSSUFICIENTES QUE SOLICITAREM A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	05/09/2019 e 06/09/2019
05	PERÍODO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS REFERENTES À SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	05/09/2019 à 09/09/2019
06	RELAÇÃO PRELIMINAR DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDAS E INDEFERIDAS	27/09/2019
07	PERÍODO DE RECURSO CONTRA A RELAÇÃO PRELIMINAR DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDAS E INDEFERIDAS	30/09/2019 e 01/10/2019
08	RELAÇÃO DEFINITIVA DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDAS E INDEFERIDAS	04/10/2019
09	PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO PELO NOME SOCIAL	05/09/2019 à 18/10/2019
10	PERÍODO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	05/09/2019 à 21/10/2019
11	PERÍODO DE ENTREGA DA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL	05/09/2019 à 21/10/2019
12	LISTA PROVISÓRIA DE CANDIDATOS INSCRITOS	28/10/2019
13	CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	29/10/2019 e 30/10/2019
14	EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DE DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	04/11/2019
15	REALIZAÇÃO DA 1ª FASE: PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	01/12/2019
16	AFIXAÇÃO DO GABARITO OFICIAL PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	01/12/2019
17	PERÍODO DE RECURSO CONTRA O GABARITO OFICIAL PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	02/12/2019 e 03/12/2019
18	AFIXAÇÃO DO GABARITO OFICIAL DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	13/12/2019
19	RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	13/12/2019
20	PERÍODO DE RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	16/12/2019 e 17/12/2019
21	RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA	27/12/2019
22	CONVOCAÇÃO 2ª FASE: TESTE DE AVALIAÇÃO FÍSICA (TAF)	27/12/2019

23	CONVOCAÇÃO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTOS REFERENTES À 5ª FASE: INVESTIGAÇÃO DE ANTECEDENTES PESSOAIS	27/12/2019
24	REALIZAÇÃO DA 2ª FASE: TESTE DE AVALIAÇÃO FÍSICA (TAF)	11/01/2020 e 12/01/2020
25	RESULTADO PRELIMINAR DA 2ª FASE: TESTE DE AVALIAÇÃO FÍSICA (TAF)	13/01/2020
26	PERÍODO DE RECURSO CONTRA A 2ª FASE: TESTE DE AVALIAÇÃO FÍSICA (TAF)	14/01/2020 e 15/01/2020
27	RESULTADO DEFINITIVO DA 2ª FASE: TESTE DE AVALIAÇÃO FÍSICA (TAF)	20/01/2020
28	CONVOCAÇÃO 3ª FASE: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	20/01/2020
29	REALIZAÇÃO DA 3ª FASE: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	25/01/2020 à 28/01/2020
30	RESULTADO PRELIMINAR DA 3ª FASE: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	29/01/2020
31	SOLICITAÇÃO DA ENTREVISTA DEVOLUTIVA	30/01/2020 e 31/01/2020
32	CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA DEVOLUTIVA	03/02/2020
33	REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA DEVOLUTIVA	04/02/2020 e 05/02/2020
34	PERÍODO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA 3ª FASE: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	06/02/2020 e 07/02/2020
35	PERÍODO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS REFERENTES À 5ª FASE: INVESTIGAÇÃO DE ANTECEDENTES PESSOAIS	06/02/2020 e 07/02/2020
36	RESULTADO DEFINITIVO DA 3ª FASE: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	10/02/2020
37	CONVOCAÇÃO 4ª FASE: AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E MÉDICA	10/02/2020
38	REALIZAÇÃO DA 4ª FASE: AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E MÉDICA	15/02/2020 e 16/02/2020
39	RESULTADO PRELIMINAR DA 4ª FASE: AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E MÉDICA	17/02/2020
40	PERÍODO DE RECURSO CONTRA A 4ª FASE: AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E MÉDICA	18/02/2020 e 19/02/2020
41	RESULTADO DEFINITIVO DA 4ª FASE: AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E MÉDICA	26/02/2020
42	RESULTADO PRELIMINAR DA 5ª FASE: INVESTIGAÇÃO DE ANTECEDENTES PESSOAIS	26/02/2020
43	PERÍODO DE RECURSO CONTRA A 5ª FASE: INVESTIGAÇÃO DE ANTECEDENTES PESSOAIS	27/02/2020 e 28/02/2020
44	RESULTADO DEFINITIVO DA 5ª FASE: INVESTIGAÇÃO DE ANTECEDENTES PESSOAIS	02/03/2020
45	RESULTADO FINAL PRELIMINAR DA PRIMEIRA ETAPA	02/03/2020
46	PERÍODO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO FINAL PRELIMINAR DA PRIMEIRA ETAPA	03/03/2020 e 04/03/2020
47	RESULTADO FINAL DEFINITIVO DA PRIMEIRA ETAPA	05/03/2020

2ª ETAPA

48	CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO – SEGUNDA ETAPA	05/03/2020
49	REALIZAÇÃO DA SEGUNDA ETAPA	-
50	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PRELIMINAR DA SEGUNDA ETAPA	-
51	PERÍODO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO FINAL PRELIMINAR DA SEGUNDA ETAPA	-
52	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DEFINITIVO DA SEGUNDA ETAPA	-
53	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO	-
54	PERÍODO DE RECURSO CONTRA O RESULTADO FINAL DEFINITIVO DO CONCURSO PÚBLICO	-
55	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DEFINITIVO DO CONCURSO PÚBLICO	-
56	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	-